



CERSUL



PAC 2022

Sumário

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS	34
2.1 – Balanço Patrimonial	34
2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	35
2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	36
2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa	37
2.5 – Notas Explicativas	38
3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL	53
3.1 – Relatório dos auditores	53
3.2 – Parecer Conselho Fiscal.....	56
4 – RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	57
5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS...	64
5.1 – Balanço Patrimonial	64
5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	65
5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	66
5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa.....	67
5.5 – Notas Explicativas	68
5.6 – Relatório Auditor Independente	85

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Visão

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

Valores

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

Senhoras e Senhores Cooperados

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

Mensagem do Presidente

O cooperativismo transforma a realidade ao pensar de forma coletiva. É com um objetivo maior que se constroem conquistas propulsoras de desenvolvimento e qualidade de vida.

É por meio da união, dedicação e comprometimento que se estrutura um caminho no qual os associados atendidos pela Cersul têm capacidade energética diferenciada ao conquistarmos em 2022 a conexão da Linha de Distribuição de 69kV. Entre conquistas alicerçadas em um trabalho contínuo, a Cersul pratica a menor tarifa residencial de energia elétrica do Brasil.

As ações positivas respaldam conquistas da essência cooperativista que desde 1961 uniu pessoas entorno de um grande objetivo no qual ano a ano refletem em ações e conquistas que dão sentido a palavra cooperação.

O desenvolvimento de cada trabalho tem o compromisso em assegurar a qualidade no atendimento ao cooperado. Construimos ainda 363,6 quilômetros de redes e colocamos 734 transformadores. O total investido em redes 13,8kVA foi de quase R\$ 21 milhões.

E os resultados acontecem porque são pensados e executados por meio de muitas pessoas comprometidas. A competência e eficiência de nossos colaboradores junto a atuação do Conselho de Administração focalizam a satisfação do associado em integrar a Cersul.

Cooperar é efetuar ações que deem qualidade e segurança ao associado, mas que reflita na satisfação em ser bem atendido e fazer parte.

A Cersul carrega a missão de distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados e com visão em ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental. Todos os entes que fazem parte deste elo cooperativista podem se orgulhar que tem cumprido com seu papel em efetivar esta trajetória, sempre baseada nos princípios cooperativistas.

Jonnei Zanette

Presidente do Conselho Administrativo

1 Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 19,5 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos onze municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da Celesc no município de Maracajá.

2 Ligação de Consumidores

No ano de 2022, foram realizadas 392 novas ligações o que representou uma redução de 16,95% em relação ao ano anterior, esta redução ocorreu em função das bombas não terem tido solicitação de desligamento, devido ao programa de desconto fidelidade criado no ano de 2022, portanto posteriormente não precisaram ser ligadas. O programa Desconto Fidelidade foi criado para evitar desligamento/religação de bombas anualmente. Esse programa devolve três taxas para o consumidor que mantém a bomba ligada, no período que não haverá consumo de energia, em troca a empresa não precisa fazer o desligamento e a religação. Esse projeto visa a redução de custo para a cooperativa.

Estas ligações estão divididas por classe de consumo e serão apresentadas a seguir:

Ligação de Consumidores					
Classe	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	189	176	155	111	233
Industrial	102	169	101	101	81
Comercial	70	65	63	87	59
Rural	24	54	66	58	80
Poderes Públicos	6	5	7	6	7
Iluminação Pública	-	3	-	2	-
Serviço Público	1	-	3	-	1
Consumo Próprio	-	-	-	-	-
Total	392	472	395	365	461
Variação	(16,95%)	19,49%	8,22%	(20,82%)	(7,24%)

Enfatizamos que na classe industrial abrange também as ligações feitas para as construções civis e após o término destas, as mesmas são reclassificadas para sua devida classe consumidora.

3 Mercado de energia elétrica

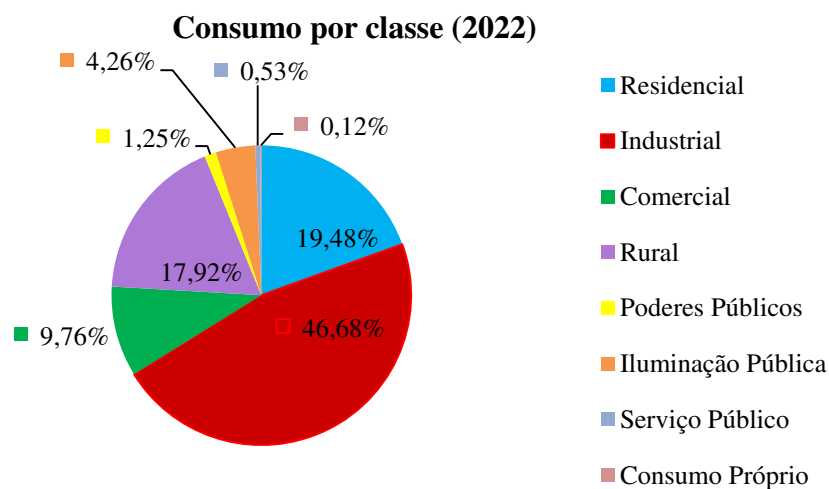
O faturamento de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2022 foi de 145.133,50 MWh, tendo apresentado um aumento de 2% em relação a 2021.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e residencial, utilizando 67.753,79 e 28.269,01 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre os valores faturados de energia e sua variação no período.

Consumo de Energia (MWh)					
Classe	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	28.268	23.656	23.022	21.800	20.521
Industrial	67.754	68.157	63.622	62.464	63.862
Comercial	14.165	13.060	11.686	11.701	11.634
Rural	26.012	29.146	30.553	29.144	28.695
Poderes Públicos	1.809	1.517	1.258	1.829	1.761
Iluminação Pública	6.184	5.979	6.522	6.271	6.100
Serviço Público	768	600	716	498	409
Consumo Próprio	174	168	168	177	215
Total	145.134	142.283	137.547	133.884	133.197
Variação	2%	3,44%	2,74%	0,52%	(5,32%)

Abaixo gráfico representativo da tabela.



Balço energético

Balço Energético (dados em KWh medidos)					
	2018	2019	2020	2021	2022
1 – Injeção de Energia	143.406.797	144.789.604	146.734.459	153.751.954	155.641.442
1.1 – A3 (Subestação Turvo)	141.761.253	142.306.606	143.373.414	149.130.675	148.206.236
1.2 – A4 (Subestação Maracajá)	1.635.533	2.031.175	2.557.612	3.051.422	2.609.198
1.3 – Geração Distribuída	10.011	451.822	803.432	1.569.857	4.826.008
2 – Fornecimento de Energia	132.006.946	132.660.731	136.299.400	140.935.155	143.486.382
2.1 – Mercado Cativo	131.501.675	132.660.731	136.299.400	140.935.155	143.486.382
2.1.1 – Grupo A4	62.721.026	61.606.246	62.608.377	67.698.162	67.085.028
2.1.2 – Grupo B	68.780.649	71.054.485	73.691.023	73.236.993	76.401.354
2.2 – Outros Agentes de Distr.	505.273	0	0	0	0
2.3 – Consumidores Livres	0	0	0	0	0
2.4 – Consum. Redes Básicas	0	0	0	0	0
3 – Perdas Totais	11.399.851	12.128.873	10.435.059	12.816.799	12.155.060
3.1 – Rede Básica	0	0	0	0	0
3.2 – Transmissão	0	0	0	0	170.903
3.3 – Distribuição	11.399.851	12.128.873	10.435.059	12.816.799	11.984.157
3.3.1 – Perdas Técnicas	9.945.265	10.556.036	9.078.502	11.160.886	10.571.169
3.3.2 – Perdas não Técnicas	1.454.586	1.572.837	1.356.557	1.655.913	1.583.891

Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2022 as perdas globais representaram 7,81% da energia injetada no sistema da cooperativa.

Perdas de energia (dados em kWh medidos)					
Energia injetada	Energia fornecida	Perdas	Perdas %		
155.641.442	143.486.382	12.155.060	7,81		
Perdas de Energia (dados medidos)					
	2018	2019	2020	2021	2022
1 - Perdas Totais	7,95%	8,38%	7,11%	8,34%	7,81%
1.1 - Perdas Técnicas	6,94%	7,29%	6,19%	7,26%	6,79%
1.2 - Perdas não Técnicas	1,01%	1,09%	0,92%	1,08%	1,02%

4 Ingressos por classe de consumo

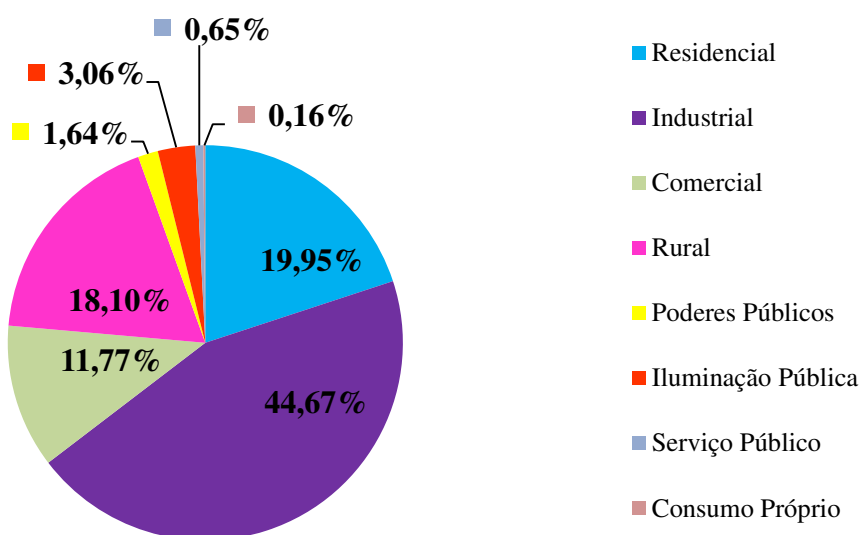
As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a residencial. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 29.787.417,35, e a classe residencial R\$ 13.306.059,45.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

Ingressos por classe de consumo - R\$ mil			
Classe	2022	2021	Variação (%)
Residencial	13.306	11.197	18,84
Industrial	29.787	29.484	1,03
Comercial	7.847	7.591	3,37
Rural	12.071	13.336	(9,49)
Poderes Públicos	1.092	944	15,68
Iluminação Pública	2.047	2.114	(3,17)
Serviço Público	435	349	24,64
Consumo Próprio	104	104	0
Total	66.689	65.119	2,40

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Igressos por classe (2022)

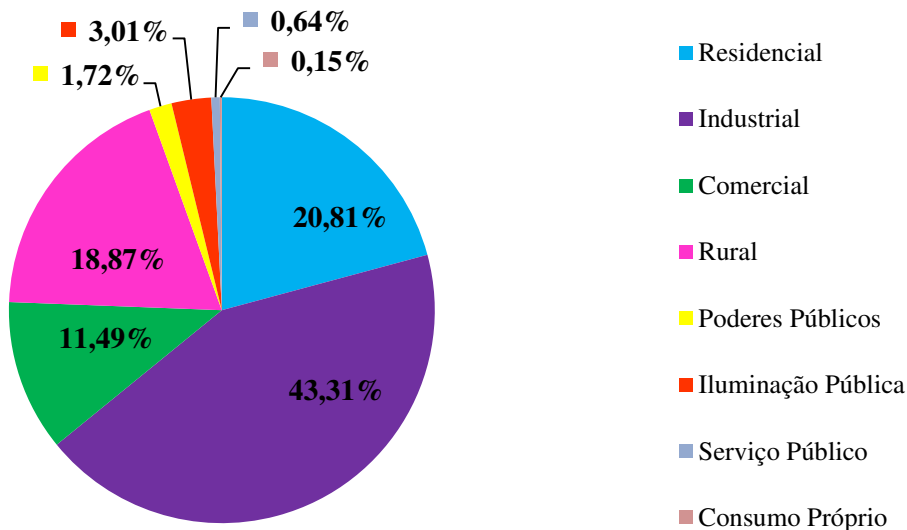


O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 53.698.082,47 conforme quadro a seguir:

Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil			
Classe	2022	2021	Variação %
Residencial	11.174	8.928	25,16
Industrial	23.258	21.186	9,78
Comercial	6.170	5.454	13,13
Rural	10.133	10.391	(2,48)
Poderes Públicos	923	745	10,47
Iluminação Pública	1.614	1.470	9,80
Serviço Público	344	245	40,41
Consumo Próprio	82	75	9,33
Total	53.698	48.494	10,73

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Ingressos por classe - 2022 (Líquida ICMS)



Em 2022 o ingresso decorrente da cobrança das bandeiras tarifárias com o valor do ICMS foi de 9.159.029,35 reais.

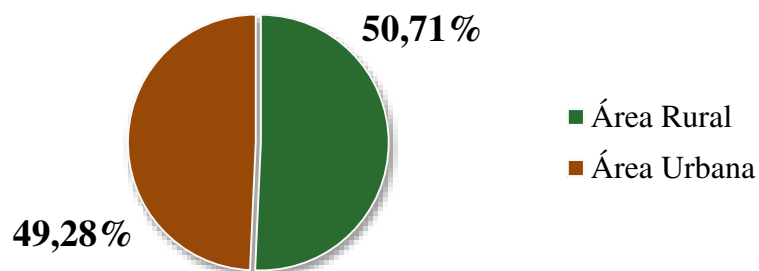
5 Unidades consumidoras

Em dezembro de 2022, o número de unidades consumidoras chegou a 18.662, representando um aumento de 3,11% em relação a dezembro de 2021, esse número é obtido através da análise das coordenadas geográficas e quantidades de medidores instalados na rede, independente se os medidores estejam desligados temporariamente. Segue tabela demonstrativa:

Localização dos Consumidores	%	2022	%	2021	Variação %
Área Rural	50,71	9.465	51,15	9.257	2,24
Área Urbana	49,28	9.197	48,85	8.841	4,02
TOTAL	100	18.662	100	18.098	3,11

Abaixo gráfico representativo da tabela:

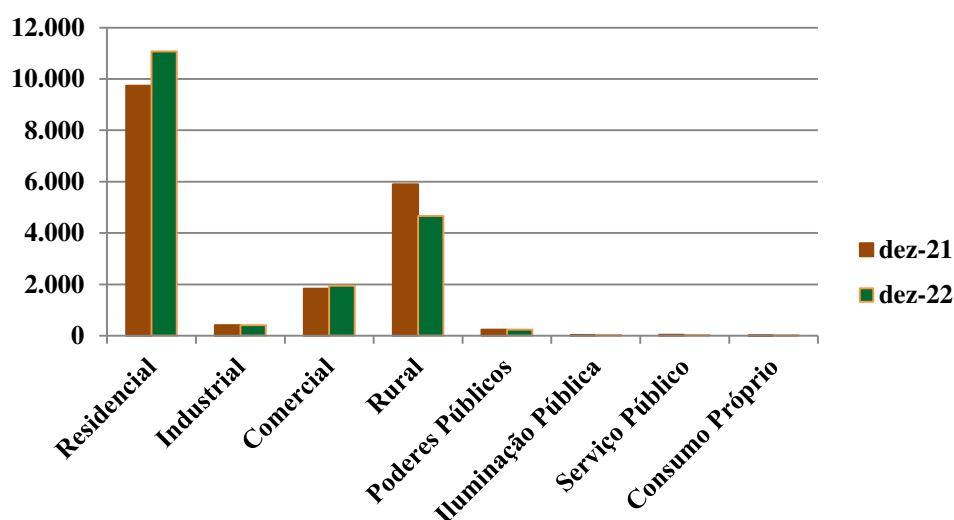
Localização dos Consumidores



A seguir será demonstrado o número de unidades consumidoras ativas por classe, apurados de acordo com o levantamento dos dados de faturamento do ano de 2022:

Número de unidades consumidoras por classe		
Classe	Dez/2022	Dez/2021
Residencial	11.074	9.740
Industrial	408	406
Comercial	1.944	1.837
Rural	4.667	5.897
Poderes Públicos	241	236
Iluminação Pública	19	19
Serviço Público	30	31
Consumo Próprio	9	8
Total	18.392	18.174

Gráfico representativo da tabela:



6 Processos tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Reajuste Tarifário homologado pela resolução nº 3.119 de 27/09/2022, calculou a receita requerida da cooperativa para o ciclo 2022/2023 onde as tarifas de fornecimento foram reajustadas em média 8,03%, sendo 6,26% para o Grupo A e 9,44% para o Grupo B.

A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

A parcela A é composta por:

- Compra de energia;
- Transporte de energia;
- Encargos setoriais.

A parcela B é composta por:

- Custo operacional;
- Depreciação;
- Investimentos.

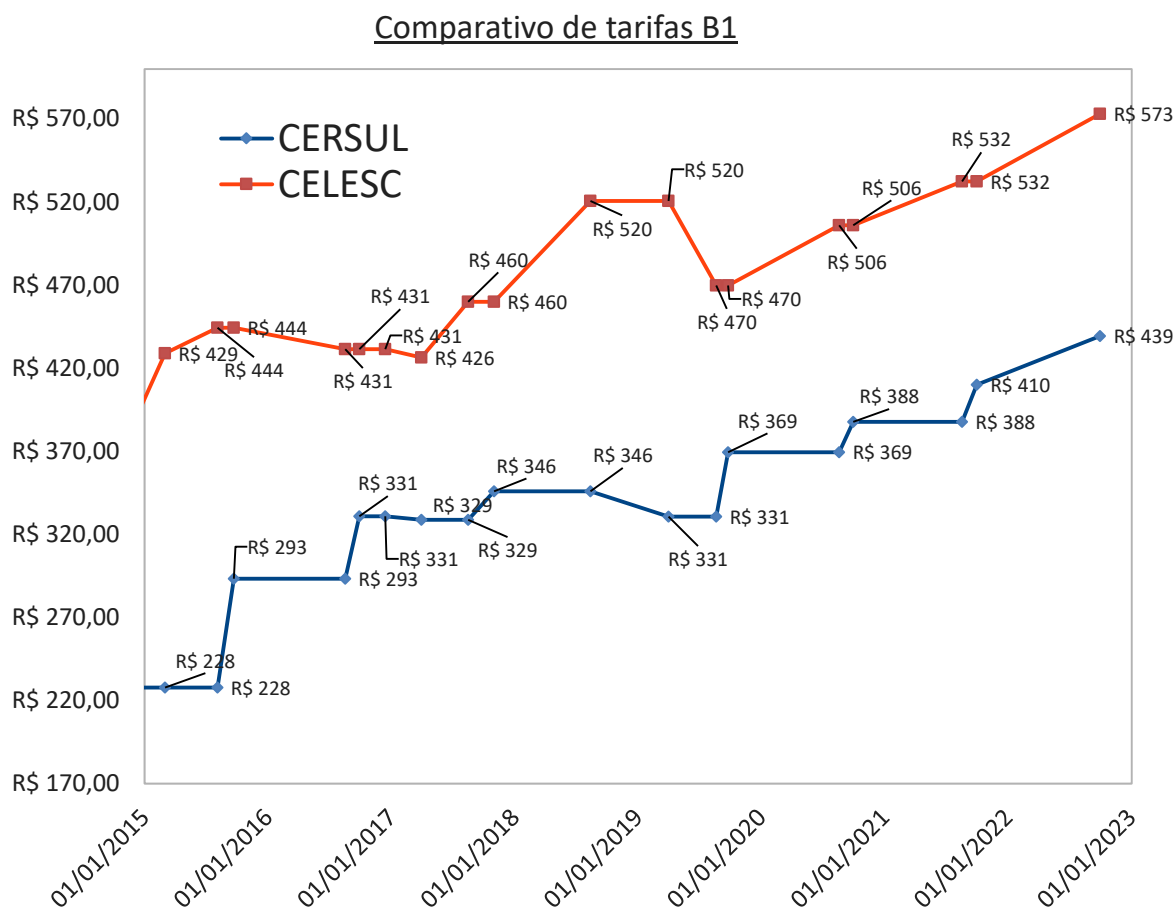
Na tabela abaixo é apresentado o reajuste médio por tarifa homologada em 2022:

Tarifa	Reajuste
A4	6,26%
B1	6,84%
B2	14,45%
B3	7,28%
B4	7,14%

Cabe ressaltar que o aumento na tarifa B2 foi mais significativo devido ao decreto do Governo Federal nº 9642/2018, o qual está retirando o subsídio gradativamente até zera-lo no ano de 2023.

Grupo B	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
B1 – Residencial	
Convencional	R\$ 0,43935
Branca Ponta	R\$ 0,91600
Branca Intermediária	R\$ 0,65127
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,38659
B1 – Residencial Baixa Renda	
Baixa Renda até 30 kWh	R\$ 0,06902
Baixa Renda de 31 a 100 kWh	R\$ 0,11833
Baixa Renda de 101 a 220 kWh	R\$ 0,17749
Baixa Renda acima de 221 kWh	R\$ 0,19721
B2 – Rural	(Desconto 6%)
Convencional	R\$ 0,46930
Branca Ponta	R\$ 0,91854
Branca Intermediária	R\$ 0,64668
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,37482
B3 – Água, Esgoto e Saneamento	(Desconto 3%)
Convencional	R\$ 0,48428
Branca Ponta	R\$ 1,06678
Branca Intermediária	R\$ 0,73866
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,41058
B3 – Comercial - Industrial - Poder Público - Consumo Próprio	
Convencional	R\$ 0,49926
Branca Ponta	R\$ 1,09977
Branca Intermediária	R\$ 0,76150
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,42328
B4 – Iluminação Pública	
B4a – Rede	R\$ 0,27459
B4b – Bulbo	R\$ 0,29955
Grupo A	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
Tarifa Horária Verde	
Demanda (kW)	R\$ 21,33
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 1,78406
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,23065
Tarifa Horária Azul	
Demanda Ponta (kW)	R\$ 64,58
Demanda Fora Ponta (kW)	R\$ 21,33
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 0,23065
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,23065

No gráfico abaixo é apresentada a evolução da tarifa B1(residencial) da Cersul, em comparação com a da Celesc.



É possível perceber pelo gráfico que a Cersul tem procurado oferecer uma tarifa menor que a da distribuidora Celesc, a qual detém a concessão na grande parte do Estado de Santa Catarina.

7 Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)			
ANO	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMAE (minutos)
2015	6,31	7,85	56,75
2016	7,08	6,06	79,04
2017	5,71	5,26	84,80
2018	2,63	3,21	71,16
2019	2,39	3,15	90,17
2020	3,90	4,39	95,57
2021	5,77	4,61	69,02
2022	7,42	5,75	82,32

8 Atendimento ao consumidor

A Cersul possui seis postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- ✓ Turvo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Ermo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Maracajá - Segunda a sexta – Horário: 07:30 as 11:30.

Além dos postos de atendimento, a Cersul dispõe dos serviços: Telecomunicação gratuito (0800-643-1920); Aplicativo “Cersul Mobile” para registro de ocorrências e acesso de dados pelos consumidores e por último a agência virtual através do site: www.cersul.com.br para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2022, que totalizaram aproximadamente 105.311:

- ✓ 27.540 - Presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 19.346 - Atendimentos através do call center (0800);
- ✓ 55.198 - Através da agência virtual, site e aplicativo;
- ✓ 3.227 - Outros tipos de atendimentos.

9 Pós-Atendimento ao consumidor

Pesquisa de Pós-Atendimento

Essa pesquisa teve início em de março de 2018 e tem por finalidade avaliar a satisfação dos serviços prestados aos consumidores. A pesquisa consiste em ligar para o consumidor para que o mesmo avalie o atendimento, o prazo de execução e a realização dos serviços prestados pela Cersul, para que assim a empresa possa realizar ações de melhorias nos processos internos.

Pesquisa de Satisfação do “Tratamento das Reclamações Comerciais”

Essa pesquisa tem por finalidade o acompanhamento da satisfação do consumidor quanto ao registro de sua reclamação na Cersul. Ela também é realizada através de contato telefônico após sua conclusão.

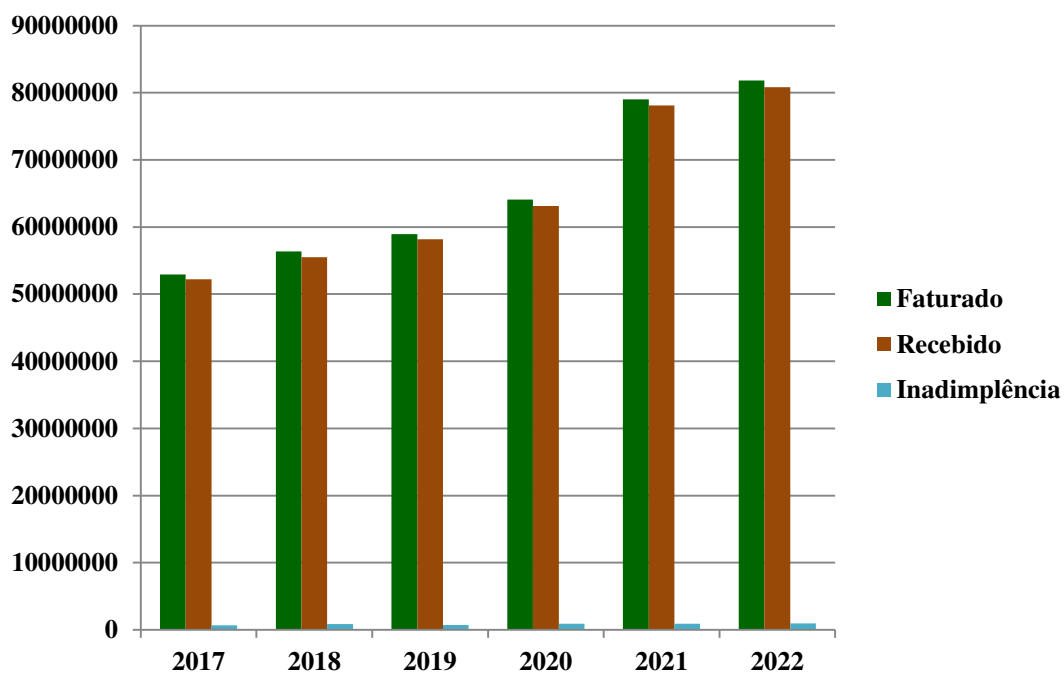
10 Cobrança

O índice de inadimplência anual dos consumidores da Cersul é calculado considerando todas as faturas vencidas no ano e que não foram quitadas até 31/12/2022. O valor de inadimplência anual em 2022 atingiu o montante de R\$ 964.861,51 resultando em um índice de 1,17%.

Na tabela a seguir será apresentado um comparativo dos valores faturados, recebidos e de inadimplência entre os anos de 2017 a 2022.

ANO	Faturado (R\$)	Recebido (R\$)	Inadimplência (R\$)	Diferença (%)
2017	52.903.943,06	52.230.722,50	673.220,56	1,27
2018	56.371.902,78	55.504.989,18	866.913,60	1,56
2019	58.912.995,92	58.188.275,08	724.720,84	1,23
2020	64.063.688,55	63.142.597,01	921.091,54	1,44
2021	79.016.640,50	78.119.498,07	897.142,43	1,14
2022	81.805.596,96	80.840.735,45	964.861,51	1,17

A seguir o gráfico representativo da tabela.



11 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (vídeo, voz e dados) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Neste ano de 2022, houveram os seguintes investimentos:

- Aquisição de Servidores e Storage de armazenamento;
- Aquisição de Switches Topo de Rede para interligar outros switches;
- Licenciamento do software de Virtualização;
- Licenciamento do pacote Office para desktops;
- Aquisição de equipamento reserva de Firewall/VPN.
- Instalação do sistema de atendimento eletrônico via WhatsApp.

Foram também adquiridas outras licenças de software, novos computadores, impressora, tabletes, celulares a fim efetuar a atualização dos equipamentos utilizados e eventual depreciação pelo uso.

12 Desempenho econômico-financeiro

Ingresso operacional bruto

Em 2022, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura, serviços, doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço público atingiram o valor de R\$ 98.113.502,79 que representou um aumento de 2,22% se comparado ao ano de 2021.

Ingresso operacional líquido

Em 2022, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais atingiu o montante de R\$ 68.902.024,67, representando 11,62% de aumento em relação a 2021. Este aumento ocorreu devido a Lei Complementar 194 de 23/06/2022 que refere-se à redução da alíquota do ICMS passou de 25% para 17% e a isenção do ICMS na cobrança da TUSD (Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição).

Sobra líquida

A Cersul encerrou o Exercício Social de 2022 com sobra líquida de R\$ 10.409.479,54, valor este 5% inferior ao realizado no ano anterior. O resultado negativo ocorreu principalmente pelo aumento do custo do serviço de energia elétrica.

Indicadores contábeis

Em R\$:	2022	2021	Variação %
Ingresso operacional	98.113.502,79	95.980.756,88	2,22
Deduções do ingresso	29.211.478,12	34.254.380,10	(14,72)
Ingresso operacional líquido	68.902.024,67	61.726.376,78	11,62
Custos do serviço de energia elétrica	58.289.629,57	50.616.815,06	15,16
Sobra bruta	10.612.395,10	11.109.561,72	(4,48)
IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo	165.647,27	138.621,23	19,50
Sobra líquida	10.409.479,54	10.957.011,09	(5)
Patrimônio líquido	115.779.696,60	107.975.056,78	7,23
Patrimônio líquido	107.975.056,78	97.799.213,13	10,40

Índices econômicos financeiros

	2022	2021	Variação	Conceito	Parâmetro
Liquidez Corrente	1,34	2,15	(37,67%)	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Liquidez Geral	8,98	8,31	8,06%	Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo.
Endividamento Total (%)	12,53	12,03	4,16%	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Quanto menor melhor.
Rentabilidade S/ patrimônio (%)	8,99	10,15	(11,43)	Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade.	Quanto maior melhor.

13 Investimentos

No ano de 2022 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. As imobilizações da Cersul alcançaram o valor de 47.971.924,46 reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

Imobilizações em 2022 - R\$	
Linha de Distribuição 69kV	32.134.406,77
Linhas e redes de distribuição	13.020.461,70
Veículos	2.221.802,48
Sistema de Medição	512.777,51
Máquinas e Equipamentos	80.576,00
Móveis e Utensílios	1.900,00
Total	47.971.924,46

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

Investimento em linhas e redes por município 2022 – R\$		
Turvo	4.892.042,44	38%
Meleiro	4.066.947,66	32%
Timbé do Sul	1.713.811,27	13%
Morro Grande	949.170,98	7%
Ermo	785.511,29	6%
Araranguá	271.159,22	2%
Maracajá	179.620,50	1%
Forquilha	163.198,34	1%
Total	13.020.461,70	100%

Abaixo gráfico representativo da tabela.



Além dos investimentos acima citados foi concluída e energizada a obra da Linha de Distribuição 69kV Forquilha-Turvo, um grande investimento no valor de R\$ 32.134.406,77 que traz a possibilidade de atendimento a novos consumidores e também segurança energética à nossa região.

Para 2023, a previsão é investir aproximadamente 18.414.933,41 reais, conforme quadros a seguir.

Investimentos por municípios para 2023 - R\$	
Turvo	7.602.000,00
Meleiro	4.175.000,00
Timbé do Sul	1.386.000,00
Ermo	1.360.000,00
Morro Grande	750.000,00
Araranguá	250.000,00
Total	15.523.000,00
Demais investimentos para 2023 – R\$	
Investimentos em redes de média e baixa tensão	2.580.000,00
Medições Novas Polifásicas e Monofásicas	287.474,41
Medições Novas do grupo A4	24.459,00
Total	2.891.933,41

Principais Obras para 2023			
Obra	Local	Extensão(km)	Valor
Ampliação/Alteração de Rede para Trifásico na localidade de Soares - Sanga da Toca II	Araranguá	1,50	R\$ 250.000,00
Recondutoramento de AT - Centro Ermo até a entrada do Morro do Ermo - 2º Parte	Ermo	0,80	R\$ 75.000,00
Ampliação/Alteração de Rede para Trifásico na Água Branca	Ermo	4,50	R\$ 750.000,00
Ampliação/Reforma de rede entre as localidades de Morro do Soares e Taquaruçu	Ermo	3,20	R\$ 535.000,00
Desvio TVO 07 - Alternativo - Turvo a partir da Entrada São Peregrino até o Meleiro na Sanga Grande	Meleiro	9,50	R\$ 3.900.000,00
Ampliação/reforma de Rede Entre trevo de Acesso ao Meleiro até Trevo de Acesso da Boca do Pique	Meleiro	1,00	R\$ 180.000,00
Ampliação/Reforma de Rede próximo a Entrada do acesso a localidade de Tirilo	Meleiro	0,50	R\$ 95.000,00
Ampliação/Alteração de Rede para Trifásico entre as localidades de Santa Luzia e Santa Barbara	Morro Grande	4,50	R\$ 750.000,00
Ampliação/Reforma de rede - Alteração da rede para trifásica na Serra da Rocinha	Timbé do Sul	4,00	R\$ 400.000,00
Ampliação/Reforma de Rede Morro Azul – Timbé do Sul	Timbé do Sul	1,50	R\$ 251.000,00
Ampliação/Reforma de Rede na localidade de Vila Nova	Timbé do Sul	3,00	R\$ 500.000,00
Ampliação/Reforma de Rede na localidade de Serra Velha II	Timbé do Sul	1,40	R\$ 235.000,00
Reforma de rede do acesso Cersul até a Avenida Municipal de Turvo (TVO 09) - Compacta	Turvo	2,60	R\$ 1.000.000,00
Recondutoramento de Rede de Alta Tensão – São Peregrino até Boa Vista	Turvo	4,10	R\$ 1.350.000,00

Ampliação de rede no Parque Industrial até o acesso à Localidade de Turvo Baixo	Turvo	2,50	R\$	1.625.000,00
Ampliação/Reforma de Rede Jundiá - Poço da Lontra – Sapi-ranga	Turvo	9,10	R\$	1.700.000,00
Ampliação/Reforma de Rede na Vila São José	Turvo	3,30	R\$	540.000,00
Ampliação/Reforma de redes no Perímetro Urbano de Turvo	Turvo	5,00	R\$	590.000,00
Ampliação/Reforma de rede na Boa Vistinha	Turvo	3,40	R\$	567.000,00
Construção de Bay na Subesta-ção - Alimentador TVO 11	Turvo	-	R\$	230.000,00
Total previsão investimentos 2023			R\$	15.523.000,00

Técnico

Em 2022 foi adquirido 1 caminhonete com o intuito de facilitar orçamentos em campo, valor investido de R\$ 181.210,75.

Investiu-se na compra de um equipamento de posicionamento global – GPS, de maior precisão e com correções automáticas e on-line no valor de R\$ 44.380,00.

Foram comprados 20 medidores, totalizando o valor de R\$ 2.700,00, com a função de qualidade de energia para atender às exigências da ANEEL, os quais irão registrar a qualidade do fornecimento de energia elétrica da Cersul.

Investimos R\$ 8.000,00 na compra de equipamentos para possibilitar leitura via Bluetooth de medidores de energia.

Para 2023 já foram planejados investimentos para melhorias para o sistema de distribuição de energia elétrica, são essas:

Serão destinados o valor de R\$ 30.000,00 para a compra de dois testadores de medidores portáteis (para substituir os utilizados atualmente) que farão os testes necessários nos medidores em campo, buscando qualidade e atendendo as exigências do INMETRO.

É necessário substituir um dos GPS, atualmente utilizados pelo setor técnico, por um mais moderno, preciso e com correções automáticas. Investimento previsto de R\$ 30.000,00.

Adquirir três novos reguladores de tensão, com o custo de R\$ 500.000,00, os novos reguladores de tensão são mais modernos, com maior precisão nos ajustes do nível de tensão, e permitem a automação e gestão remota.

Pretende-se fazer a compra de um novo religador no valor de R\$ 60.000,00 e para veículos deste setor se faz necessário a aquisição de duas novas pick-up no valor aproximado de R\$ 190.000,00.

Operacional

Em 2022 foram feitas aquisições para a frota de veículos, sendo estas:

- Seis motos marca Honda modelo NXR160 em substituição as atuais, valor investido de R\$ 18.140,00 cada, totalizando R\$ 108.840,00.
- Uma camionete Toyota Hilux com cesto aéreo em substituição a uma mais antiga do setor operacional, investimento total R\$ 295.940,25.
- Um cesto aéreo para substituição de um existente acoplado em um veículo antigo, valor de R\$ 115.770,06.
- Um caminhão VW 17.280 com cabine dupla, carroceria, perfuratriz e mais um guindaste para equipá-lo, totalizando a quantia de R\$ 523.185,17.
- Um caminhão VW 31.280 com cabine dupla, carroceria, perfuratriz, guindaste e cesto duplo para equipá-lo, totalizando R\$ 996.856,25.

Para 2023 está previsto os investimentos:

- Um caminhão tracionado completo com guindaste em substituição ao atual no valor aproximado de R\$ 500.000,00.

Expansão e melhoria de redes de distribuição

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associados-consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2022 o total de 230.000 metros em obras de expansão e melhoria em redes de média tensão (MT) e baixa tensão (BT), além da instalação de 189 transformadores.

Principais Obras executadas 2022			
Descrição da Obra	Localidade	Extensão Média Tensão (Km)	Extensão Baixa Tensão (Km)
Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos no centro de Meleiro	Centro	3,5	1,8
Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos na localidade de Turvo Baixo	Turvo Baixo	4,5	4
Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos na localidade de Boa Vista	Boa Vista	4,2	3,5
Construção/Reforma e alteração de rede para trifásica na localidade de Vila União	Vila União	1,2	0,8

Ampliação/Reforma de rede - Recondutoramento entre o centro de Ermo até a localidade de Morro do Ermo 1º Trecho	Morro do Ermo	1,5	-
Expansão/Reforma de rede próximo ao acesso norte de Maracajá	Sangão Madalena	0,4	0,2
Expansão/Reforma de rede desde o centro de Turvo até o acesso à comunidade de São Felipe	São Felipe	1,4	0,5
Ampliação/Reforma e alteração de rede para trifásica na localidade de Garapuvu	Garapuvu	1,2	0,5
Ampliação de rede - Construção de anel elétrico na localidade de Garapuvu	Garapuvu	1	0,2
Ampliação/Reforma de rede - Alteração da rede para trifásica na localidade de Serra Velha (Rocinha)	Rocinha	3,4	2
Ampliação/Reforma de rede na localidade de São Felipe (Relocar rede para margens da estrada)	São Felipe	4,2	1
Expansão/Reforma de rede na localidade de Morro do Soares - Ciclovia	Centro	1	0,3
Alteração/Relocação e alteração de rede para trifásica	Nova Roma	0,8	0,4
Alteração/Reforma de rede entre as localidades de Ponte Alta e Costa do Rio Pinheirinho	Ponte Alta	3,3	2,3
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Morro Azul	Morro Azul	0,8	0,3
Alteração/Reforma de rede na localidade de Três Barras	Três Barras	0,6	0,3
Alteração/Reforma de rede no bairro Rio Morto - REURB	Centro	0,5	0,6
Construção de rede de alta tensão para anel elétrico na comunidade de Santa Luzia	Santa Luzia	0,9	0,1

Segue abaixo imagens das redes mencionadas anteriormente:





Serra da Rocinha – Timbé do Sul



Serra da Rocinha – Timbé do Sul



Santa Luzia – Morro Grande



Três Barras – Morro Grande



Rede Compacta Centro – Meleiro



Rio Morto – Meleiro



Vila União – Meleiro



Garapuvu (Anel Elétrico) – Ermo



Nova Linha de Distribuição 69 kV

Em 23 de outubro de 2022 foi concluída a construção da linha de distribuição de 69 kV da subestação da IESUL, localizada na comunidade de Santa Rosa no município de Forquilha, até a subestação da Cersul, localizada na comunidade de São Peregrino no município de Turvo.

A seguir os principais serviços executados no ano de 2022:

- **Linha 69 kV:**
 - Desconectado da SE Cersul, a LD 69 kV da CELESC.
 - Conexão e energização da LD kV da Cersul, na SE Forquilha e na SE Cersul.
- **SE Forquilha – Bay 69 kV Turvo C-1**
 - Execução de canaletas, dutos e drenagens;
 - Instalação de isolador de pedestal;
 - Lançamento dos cabos de controle e interligação de painéis e equipamentos;
 - Instalação de Disjuntor de 69 kV;
 - Instalação de Chaves seccionadoras;
 - Instalação de Transformadores de Corrente – TCs;
 - Instalação de Transformadores de Potencial – TPs;
 - Instalação de Painéis na Casa de Comando;
 - Instalação de Unidade Remota;
 - Montagem de Barramentos de 69 kV;
 - Montagem de Barramentos Circular;
 - Teste de Aceitação de Fábrica nos Painéis – TAF Painéis;
 - Instalação e Comissionamento do Sistema de Medição de Faturamento – SMF;
 - Comissionamentos dos Equipamentos;
 - Star-up do DJ ABB;
 - Configuração e Integração do Bay de 69 kV;
 - Teste de Aceitação de Campo Funcional e Ponto a Ponto - TAC;
 - Energização do Bay em 23/10/2022.

Os investimentos de 2022 foram realizados todos com recursos próprios.

O caminho para a excelência é marcado pela busca do aperfeiçoamento e da melhoria contínua, por isso a Cersul trabalha para garantir a satisfação dos associados, buscando sempre garantir os melhores resultados através de investimentos sólidos, educação corporativa e tantas outras mudanças que forem necessárias.

16 Gestão de Pessoas

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais.

Recursos humanos

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (agregar, aplicar, manter, desenvolver e monitorar) de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2022, admitiu 10 novos colaboradores e no mesmo período, 5 desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 105 colaboradores, sendo 100 ativos, 4 inativos e 1 representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Saúde

Em 2022 a empresa disponibilizou 100% do valor da vacina H1N1 aos colaboradores totalizando o investimento de R\$ 9.500,00.

Durante o ano de 2022 a empresa permaneceu com todo trabalho de prevenção para o cuidado com a pandemia COVID-19, além de disponibilizar o exame laboratorial aos funcionários com sintomas.

- ✓ Disponibilizados dispensadores com álcool em gel 70% para a higiene das mãos, nos locais de trabalho, pontos eletrônicos, veículos, etc.;
- ✓ Criado e divulgado os protocolos para identificação e encaminhamento de trabalhadores com suspeita de contaminação pelo novo Coronavírus antes de ingressar no ambiente de trabalho, afastando das atividades laborais, por medida de segurança, os trabalhadores que apresentasse sintomas de infecção respiratória, tais como febre, tosse, falta de ar, coriza com testes custeados pela Cersul.

Segurança no ambiente de trabalho

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação

de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2022 o valor de R\$ 71.343,47 em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2022 o valor de R\$ 45.055,81 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET e realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da empresa Sinergia.

Em maio de 2022 tomou posse a nova diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, focando na segurança e na prevenção dos acidentes de trabalho, observando e orientando os trabalhadores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança nas suas rotinas diárias com orientação sempre do Técnico de Segurança contratado pela Cooperativa.

Nos dias 18, 27 e 28 de outubro de 2022, foi realizado o XVII SIPAT Cersul (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). Foram desenvolvidas algumas atividades com os colaboradores com intuito de despertar a consciência de todos sobre a importância da prevenção de doenças e qualidade de vida, durante o evento foi realizado: Exames laboratoriais, palestras ministradas por profissionais especialistas, que na oportunidade falaram sobre saúde bucal, direção defensiva e a segurança no trabalho. Nesses eventos foram investidos um total de R\$ 35.656,89, sendo reembolsado pela Sescop o valor de R\$ 12.310,00, totalizando o valor de R\$ 23.346,89 de despesa para a cooperativa.

Imagens da semana da XVII SIPAT:



Desenvolvimento profissional

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e SESCOOP/SC (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxiliou seus colaboradores investindo o valor total de R\$ 40.586,72, sendo o valor de R\$ 31.110,00 reembolsado pela SESCOOP, na qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.

A Cersul conta também com o auxílio do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) para incentivar seus funcionários com cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano 5 colaboradores das áreas afins da cooperativa foram cadastrados e receberam auxílio de R\$ 12.555,20 do SESCOOP para pagamento dos cursos.

O programa jovem e menor aprendiz é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de trinta funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o CIEE e SESCOOP, tem em seu quadro funcional 1 jovens aprendizes.

Confraternizações

Durante o ano de 2022 a Cersul promoveu confraternizações para seus funcionários e núcleos cooperativistas, sendo estes:

- Dia Internacional da Mulher: No dia 8 de março foi realizado um workshop com o tema “O Poder da Mulher”, o evento reuniu todas as colaboradoras e o núcleo feminino da cooperativa. A palestra foi ministrada pela palestrante Neide Cassol.
- Dia do Trabalhador: No dia primeiro de maio, em reconhecimento aos funcionários da Cersul, a empresa realizou um almoço e presenteou cada um como agradecimento a dedicação e esforços.
- Aniversariantes: Nos aniversários dos colaboradores a Cersul, como forma de comemorar e reconhecer, entrega um presente aos mesmos.
- Confraternização de Final de Ano: Em dezembro para o encerramento das atividades anuais, a Cersul promoveu uma confraternização para os colaboradores e familiares, também fez a entrega de uma bolsa natalina e um bônus especial no vale alimentação, com o objetivo de agradecer e valorizar o empenho e bom trabalho realizado por todos.

Responsabilidade Social

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. Foi arrecadado a quantia de 3.351.313,00 de reais que foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

Projetos Sociais

A Cersul com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP promoveu ações sociais sua área de atuação, sendo elas:

Mulheres Cooperativistas: O núcleo tem por objetivo oferecer uma metodologia cooperativista buscando conscientizar, preparar e organizar as mulheres para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social da cooperativa.

Em 2022, após um período sem eventos em consequência ao COVID-19, ocorreu o 17º Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas em Florianópolis, nos dias 22 e 23 de setembro, este evento é uma realização do Sescop/SC e teve como tema “As diferentes faces da mulher cooperativista”, a Cersul enviou 19 mulheres para prestigiar e participar do evento, com a finalidade de expandir os conhecimentos, exercitar a criatividade, aprimorar a essência cooperativa e assim trazer mais envolvimento das Mulheres Cooperativas com as causas sociais da Cersul.



Projeto Amigos da Natureza: O projeto foi desenvolvido nas escolas dos municípios de abrangência integral da Cersul, durante os meses de maio e junho, com intuito das escolas trabalharem junto as turmas de primeiro ao quinto ano. O tema “O Incrível Atom: Preservar é a nossa natureza” foi escolhido para abordar a importância da sustentabilidade para o futuro do planeta. A metodologia usada foi o sistema lúdico, dinâmico e leve de aprendizagem, através da distribuição de revistas em quadrinhos, para despertar o interesse pela leitura e escrita nas crianças, a entrega de um kit de bloco de anotações ecológicos e uma lápis feito a partir de madeira de reflorestamento com uma cápsula de sementes biodegradável para as crianças plantarem ao término do lápis. Para fixação do conteúdo foi organizado uma gincana entre as escolas promovendo a coleta seletiva dos descartes de plásticos, tendo como premiação a entrega de um parquinho para a escola que conseguisse arrecadar mais plásticos para reciclagem. Este projeto totalizou o investimento de R\$ 103.404,53, e alcançou a média de dois mil estudantes.

A seguir imagens do projeto “Incrível Átom: Preservar é a nossa natureza”:



Doação de Sangue: Pensando sempre no próximo a Cersul incentiva os funcionários a doarem sangue, nos dias chuvosos onde não é possível e seguro trabalhar nas redes de distribuição de energia, a Cersul disponibiliza transporte para que os funcionários do campo possam ir até o Hemosc em Criciúma fazer a doação de sangue. Os funcionários do escritório sempre são liberados para que possam ir com o transporte do Projeto Doadores de Turvo e caso for necessário também podem ir com o veículo da Cersul. No ano de 2022 foram mais de 30 doações realizadas pelos funcionários da Cersul.



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 10 de março de 2023.
Conselho de Administração.



2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

2.1 – Balanço Patrimonial

ATIVO		2018	2017
CIRCULANTE		14.720.294,81	14.724.753,12
Caixa e equivalentes em caixa	2	2.794.218,84	3.094.278,61
Demonstrações a receber	4	7.814.948,80	12.478.442,49
Outros ativos circulantes	7	47.247,82	464.778,60
Previdência	3	101.427,86	1.012.458,62
Impostos a pagar	5	424.911,84	484.734,57
Impostos a receber	13	1.207.121,40	1.203.221,06
Emprestimos e financiamentos		21.007,71	130.720,38
Ativos financeiros	11	1.184.222,41	1.099.041,28
ATIVO DURAVEL		112.464.421,81	104.254.471,86
Impostos a receber	7	101.427,86	174.170,51
Emprestimos a receber		774.170,51	1.178,51
Ativos financeiros (contabilizado)	14	10.710.012,24	11.044.274,24
IMPLACAVEL		6.842,86	1.004.100,00
Patrimônio líquido (contabilizado)	12	684.181,46	1.004.100,00
IMOBILIZADO	15	45.477,82	45.477,86
IMPLACAVEL	16	60.093.457,81	61.781.744,71
TOTAL DO ATIVO		127.284.716,62	124.749.269,54
PASSIVO		11.080.408,81	11.431.704,81
CIRCULANTE		11.080.408,81	11.431.704,81
Contas a pagar	17	1.414.228,27	2.004.268,41
Contas a receber de terceiros	18	75.456,21	1.004,24
Impostos, taxas e encargos	18	424.911,84	2.084.278,62
Provisões contingências	17	504.958,51	4.115.178,58
Previdência a pagar	15	1.012.458,62	74.178,51
Impostos a pagar	14	1.184.222,41	912.471,24
Outros passivos circulantes	19	2.772.711,84	3.614,16
ATIVO DURAVEL		1.781.000,00	1.781.000,00
Impostos, taxas e encargos	18	1.781,00	1.781,00
Provisões contingências		74.178,51	74,17
Obrigações a longo prazo		1.405.140,49	1.509.044,83
PROVISÕES CONTÁBEIS		11.079.408,80	11.429.924,78
RESERVA LÍQUIDA		184.309,82	184.309,82
Capital social registrado		184.309,82	184.309,82
RESERVA PATRIMONIAL		1.597.181,18	1.597.181,18
Reserva estatutária		1.597.181,18	1.597.181,18
RESERVA DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		20.477,82	20.477,82
Reserva de avaliação patrimonial		20.477,82	20,47
RESERVA REGULATÓRIA OBRIGATORIA		6.842,86	6.842,86
Reserva regulatória obrigatória		6.842,86	6,84
RESERVA PATRIMONIAL		104.171.000,01	97.974.800,00
Reserva legal		10.417.000,00	10.417.000,00
RESERVA		9.832.998,81	9.832.998,81
Reserva de avaliação		68.000,00	68.000,00
SÓCIOS DO DIFERIDO		4.700,00	4.000,00
Sócio e associação do país	20	4.700,00	4.000,00
TOTAL DO PASSIVO		121.284.716,62	124.749.269,54

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS	98.118.909,79	91.080.194,00
Receitas de venda de energia	88.838.143,71	85.084.183,00
Receitas de venda de energia de terceiros	10.078.288,54	11.191.489,00
Aluguel de instalações, equipamentos e outros	100.000,00	1.000.000,00
Impostos	2.098.478,54	1.804.520,00
Serviços prestados	24.314,50	98.000,00
Doações, contribuições e outras receitas vinculadas	27.780,50	20.000,00
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	(10.113.476,32)	(14.254.269,00)
Tributos e contribuições sobre a receita	(10.113.476,32)	(14.254.269,00)
Energia de consumo	(200.000,00)	(14.000.000,00)
INGRESSOS LÍQUIDOS	88.005.433,47	76.825.925,00
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(10.126.825,57)	(8.268.265,00)
Requisição para o pagamento da energia	(8.878.089,44)	(8.888.789,00)
Energia de uso do sistema de distribuição	(1.200.000,00)	(200.000,00)
Recursos (incluindo manutenção e administração)	(1.000.000,00)	(300.000,00)
Material	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)
Serviços de terceiros	(1.070.400,00)	(100.000,00)
Despesas de manutenção	(1.400.000,00)	(1.000.000,00)
Provisões	80.000,00	(10.000,00)
Seguros, indenizações e outros	(1.177.775,00)	(1.000.000,00)
Outros	(140.000,00)	(100.000,00)
FORA DEUTA	77.878.607,90	68.557.660,00
RECURSOS (RENTABILIDADE) FINANÇEIRAS	1.514.519,51	1.111.489,45
Disponíveis financeiras	(140.000,00)	100.000,00
Impostos financeiros	1.654.519,51	1.000.000,00
CUSTOS FINANCEIROS E IMPOSTOS	(1.400.000,00)	(1.100.000,00)
RECURSOS LÍQUIDOS	77.993.127,41	68.569.149,45
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO COOPERATIVO	(100.000,00)	(100.000,00)
SOBRAS-LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	77.893.127,41	68.469.149,45

As notas explicativas de administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

83.512-07/00001-00

DESEMPENHO COM LÍQUIDO EM FOMENTO DA EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (R\$ MILHARES)

* Para as informações em reais, aceita quando demonstrado de outra forma.

QUANTIDADE DE FOLHAS: 03 FOLHAS DE LÍQUIDO

EXATOS	CAPITAL R\$ Milhões	RESERVA DE CAPITAL Reserva de Substituição	VALOR DE AVALIAÇÃO PATRIMÔNIO	REVENHIMENTO				VALOR DE RESERVA PATRIMÔNIO R\$ Mil	TOTAL
				FUNDO DE RESERVA, J.C.A.P.	RECEITA	REVENHIMENTO PATRIMÔNIO	TOTAL		
RESERVA DE CAPITAL	178.274,00	1.242.761,19	1.490.270,51	624.473,24	2.028.498,17	17.111.245,85	29.271.098,09	2.496.178,51	34.988.108,14
1 - CAPITAL DO C.A.M.									
- Integralização do Capital	4.200,00								4.200,00
- Reservas de Capital	(208,00)								(208,00)
2 - RESERVA DE SUBSTITUIÇÃO									
- Reservas Legais e Estatutárias				1.113.312,24	981.488,19	4.232.038,10	6.326.838,53	(1.388.871,80)	11.048.965,23
- Reservas de Reserva						1.505.198,90	1.805.198,90	(1.805.198,90)	
3 - DISTRIBUIÇÃO DAS RESERVAS									
- Reservas do F.F.T.S.									
- Reservas de Reserva para Reserva			(170.470,87)		(170.470,87)		(170.470,87)		(170.470,87)
- Reservas de Reserva								12.437.413,26	12.437.413,26
RESERVA DE CAPITAL	183.404,00	1.242.761,19	1.490.270,51	624.473,24	2.028.498,17	17.111.245,85	29.271.098,09	2.496.178,51	34.988.108,14
1 - CAPITAL DO C.A.M.									
- Integralização do Capital	4.200,00								4,200,00
- Reservas de Capital	(208,00)								(208,00)
2 - RESERVA DE SUBSTITUIÇÃO									
- Reservas Legais e Estatutárias				1.113.312,24	981.488,19	4.232.038,10	6.326.838,53	(1.388.871,80)	11.048.965,23
- Reservas de Reserva						1.505.198,90	1.805.198,90	(1.805.198,90)	
3 - DISTRIBUIÇÃO DAS RESERVAS									
- Reservas do F.F.T.S.									
- Reservas de Reserva para Reserva			(170.470,87)		(170.470,87)		(170.470,87)		(170.470,87)
- Reservas de Reserva								12.437.413,26	12.437.413,26
RESERVA DE CAPITAL	183.404,00	1.242.761,19	1.490.270,51	624.473,24	2.028.498,17	17.111.245,85	29.271.098,09	2.496.178,51	34.988.108,14

As reservas estatutárias da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E EQUIVALENTES MONETÁRIOS PARA O PERÍODO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS	41.404.908,43	12.323.716,11
Variação de estoques	30.411.471,44	30.923.111,20
Recebíveis (aumento) de curto prazo a receber	1.204,00,11	(10.202,00)
Recebíveis (aumento) de longo prazo a receber	378.348,18	587.894,13
Recebíveis (aumento) de aluguel	1.311.348,18	1.321.178,00
Recebíveis (aumento) de despesas com royalties	371.884,84	(31.843,28)
Recebíveis (aumento) de vendas em caixa	32.784,84	223.340,04
Recebíveis (aumento) de dividendos a receber	378.348,18	1.311.348,18
Recebíveis (aumento) de juros a receber	12.118.400,00	4.921.100,00
Recebíveis (aumento) de dividendos recebidos	(721.000,00)	-
Aumentos (redução) de fornecedores	310.000,00	1.311.348,00
Aumentos (redução) de salários a pagar	30.000,00	3.410,48
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições	11.284.781,00	1.673.740,00
Aumento (redução) de provisão de férias	270.000,00	1.410,00
Aumento (redução) de provisão regulamento	11.311.000,00	1.241.100,00
Aumento (redução) de despesas recorrentes	200.000,00	(1.241.100,00)
Aumento (redução) de provisão trib. e contrib. a pagar	(5.771,00)	(7.700,00)
Aumento (redução) por outros itens	1.600.900,00	(134.574,00)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(18.113.881,81)	(17.114.982,88)
Exercícios Anteriores de ativos intangíveis (permuta)	(20.113.881,81)	20.113.881,81
Exercícios Anteriores dos investimentos	(31.811,00)	100.000,00
Outros ativos (redução do imobilizado)	2.000.000,00	(20.113.881,81)
Aumento (redução) de investimentos em ações em caixa	25.700,00	100.000,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.684,00)	(131.183,00)
Redução de juros	(1.251,00,00)	(757.407,00)
Aumento (redução) de novo capital social	6.300,00	6.300,00
Receita de venda de ações em caixa	(1.076,00,00)	0,00
ALTERAÇÃO NAS RESPONSABILIDADES	(5.383,86,81)	(100.050,77)
Responsabilidades em favor do exercício	6.300,00	6.300,00
Responsabilidades em favor do exercício	1.448.170,00	6.293.700,00

As ações capitalizadas, de natureza preferencial, são parte integrante do patrimônio líquido da Companhia.

2.5 – Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EXERCÍCIOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

^(*)Valores expressos em mil reais, exceto quando demonstrado de outra forma).

NOTA 02 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina. Tem como principal objetivo promover e desenvolver as ações econômicas da sua área de atuação, por meio de distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 18 de dezembro de 1971, que regulamentou o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo inicial de 10 (dez) anos) contados a partir de 28 de setembro de 2006.

NOTA 03 - DA PERMISSÃO

A permissão de distribuição elétrica válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica, (conforme ativo referenciado pela ANEEL em 26/05/2021) em 13 (treze) municípios no estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da COPEL, e nos outros 8 (oito), a permissão é compartilhada com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Melão, Erva, Morro Grande e Timbó do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, São João, Jacinto Machado, Torquinhos e Nova Venéza, atendendo a 15.563 mil associados.

NOTA 04 - APLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES COM OÍSCS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil, Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.001, que estabelece as normas para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas e entidades empresariais, ditando, de regulatório e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também foram aplicadas as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 075/21, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emanadas pelo Comitê de Financiamentos Contábeis (CFC), e a legislação social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC TG 2004; orientações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.556 de 13 de dezembro de 2017 da SIF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do método de precificação de POC – Precificação Anual de Custos

- Utilização do método de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme procedimento da RT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Ativação de e-mail de contas regulatórias;
- Contabilização da mão de obra para as ordens de custos;
- Contabilização da mão de obra jurídica;
- Contabilização do relato de administração control para a atividade;
- Ativação do OCF/CA.

Foram aprovados os pontos na Resolução CPC nº 1.292/10, que aprovou a SEC TG 01/04 Resolução da SEC Recuperativa de Ativos, a administração avalia a empresa que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados no futuro através da desrecuperação ou de custos parciais na empresa de referência, o que ao final do contrato os bens recuperados serão indenizados.

Desde então, a administração da CEFSA é de sua não há recolhimento de ativos e que valores não serão recuperados.

A CEFSA, igualmente, no encerramento do exercício de 2021, as demonstrações contábeis unificadas e regulatórias com valores expressos em reais, incluem determinação Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCEE) Resolução ANEEL nº 805 de 11 de março de 2014 e Resolução ANEEL nº 232/2010 de 22 de fevereiro de 2010.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo Histórico, salientando-se de que a natureza de fato que a empresa fundacional é a base de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CPC Nº 1.246/13 – TÍTULOS nas Mudanças nos Títulos de Câmbio e Conversão da Demonstração Contábil.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a administração use do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos regulatórios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores diferentes das estimadas, devido a transações futuras ou devido ao decurso de tempo. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

A) Instrumentos Financeiros

Não Derivativos

A Permissória reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissória se torna uma das partes das transações contratuais do instrumento.

A Permissória reconhece o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo cessam, ou quando a Permissória transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baseados quando os seus obrigações contratuais são satisfeitas.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados a seu valor líquido e apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissória tenha o direito legal de compensar ou reduzir a taxa a exemplo de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissória apresenta os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

Caixa e Equivalentes de Caixa: abrangem as dívidas de caixa e depósitos bancários a vista, a prazo, de curto rendimento com vencimento, a prazo até a data do balanço.

Recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos livres em moedas, mas não são recebidos no momento atual. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acordado de qualquer contrato de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando liquidados, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva. Não incluem o título de uma entidade associada e outras contas a receber.

Emprestos: abrangem o saldo a pagar pelas aplicações de bens e serviços, bem como os valores locados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acordado de qualquer contrato de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando liquidados, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, incluindo todos os custos correspondentes que se relacionam com o título. Estes representam os custos incorridos de empréstimos e serviços e outros custos.

Derivativos: os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, com os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e os aborrecidos são contabilizados no resultado.

A Permissória mantém provisões para riscos associados às mudanças de valores resultantes da operação.

B) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de empréstimos e outros valores apresentados líquidas da provisão para

créditos em Equivalência Ativa – FFA) resultando em uma avaliação diferente pela administração para cobrir a provável perda na realização das contas a receber de consumidores e/ou de a receber cuja recuperabilidade é considerada improvável.

A FFA é classificada com base no prazo a receber dos consumidores da classe residencial (contas há mais de 90 dias, de classe comercial vendidas há mais de 180 dias e das classes Industrial rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vendidas há mais de 390 dias). Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do valor de cada consumidor, na forma que se obtém a um julgamento adequado dos riscos, considerando de difícil levantamento, baseando-se na experiência da Administração em relação às vendas efetivas, na ausência de parâmetros mais entre outros.

C) Estoque (ativos de alto custo)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

C) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas receitas e resultados tarifários, e que geram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis consolidadas até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu editar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização dos diferenciais temporais, naqueles casos em que ocorreram anualmente no custo de distribuição de energia elétrica – Passiva A e outras componentes financeiras, incluídas no processo via tabelação e demais modo fixada de Regime Tarifário RT – A Nova Tarifa nº 250/2014-OUT/CT, SEP/ANEEL, visando a análise para cada uma das etapas de concessão e permissão, tal dispôs:

O Comitê Técnico CTC-05, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o adiantamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um aumento novo das ativos, a partir da seleção (positativa) das Concessões e Permissões aos reflexos negativos, os eventuais incertezas quanto à possibilidade de realização de ativos ou melhor ajuste do passivo de fato, em oposição das diferenças tarifárias entre as entidades e a regulador, a que até então eram consideradas impositivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTC-05, a partir das alterações e ajustes aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passaram a ser qualificados como financeiros e, portanto, deverão ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A CERSA, através do Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2008, ajustou registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme dem contrato na nota "10" e "11" respectivamente, a partir desta data.

F) Investimentos

As participações societárias permanentes nos diversos estabelecimentos de crédito e instituições financeiras registradas pelo Conselho de Administração em seu plano de capitalização são classificadas assim:

F1) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de deprecições calculadas pelo método linear, limitada ao período de validação contábil regulamentado nas respectivas Tabelas de Depreciação de Cuidado - TDC, conforme determina a Resolução ANELC 367/2009, de taxas anuais constantes de tabela anexo XE1 - TABELA DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas Instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCOE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos investimentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados ao Imobilizado em F1, são registrados neste subgrupo como custo. Conforme determina a RDC 01 e RDC 05, as licenças, concessões e contratos de prestação de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro intangível e não tangível.

G) Permissão de Serviço Público (Ativo Imobilizado)

relativa à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até a final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Instruções Técnicas RDC 01 (R1) - Contrato de concessão e na Orientação Técnica RDC 05 - Contrato de concessão.

Esta parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento a que é sobjeta mensalmente na tarifa aos consumidores. Diferença entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo aplicado são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como *Quota de Avaliação Patrimonial*.

H) Intangível

Compreende o direito de uso de infra-estrutura, construída ou adquirida pelo concessionário limitada para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão de serviço público de energia elétrica (direito de obras dos usuários do serviço público a ela prestado), em conformidade com as disposições das Deliberações CEM nº 555 de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 29 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente a RDC 01 - Ativo Intangível, as RDC 01 (R1) - Contrato de Concessão e RDC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciações e o RDC 05 - Contrato de Concessão. É avaliada ao custo de aquisição efetivo, deduzida de deprecições acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissão de obra não traz qualquer indicativo de qual o valor contábil dos bens do ativo intangível exercido e seu valor recuperável. Tal contábil é suportado pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da arrecadação cobrada via tarifa, já que se

regimes especiais e a base de cálculo da remuneração regulada são estabelecidas pela Agência Reguladora.

II) Taxas Regulamentadas

a) Conta de Despesa com a Energia Elétrica (CDEE)

Têm o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a sustentabilidade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos setores investigados, permitindo o universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEL.

b) Programas de Apoio à Geração (PAG) – Programas e Gerenciamento (PAGG) – Fundo Nacional de Desenvolvimento (FUNDEC) e Fundo Nacional de Apoio à Geração (FUNDAG)

São programas de investimento energético pela ANEL, para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nos seguintes itens:

c) Taxa de Fomento de Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fomento tributários sobre a distribuição de energia elétrica são determinados a partir de um índice de preço de serviços correlatos, tal qual estabelecido pela ANEL, considerando o valor médio agregado pelo consumidor em período de 12 meses.

d) Bandas Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandas Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, sendo que:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhuma alteração;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,1000 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido;
- Bandeira vermelha – Pico: as condições mais desfavoráveis de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,0000 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Pico: as condições ainda mais desfavoráveis de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,0000 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira de excesso hábitas condições ainda mais desfavoráveis de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 10,00 para cada 100 quilowatt-hora kWh consumido.

e) Recuperação da Receita

A receita é reconhecida na admissão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados.

para a permitentista e quando possa ser recuperada da forma contínua. A receita líquida é reconhecida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluídos impostos, descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

K) Receita Vaga Futurada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período até a meta comercial e até o último dia do mês.

L) Salários e Ordenações Pagas

É o demonstrador pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

M) Provisão de Perdas

É a constituição para cobertura de 10% das Perdas, Reservas e Provisões, autorizadas das respectivas Cartilhas, contabilizadas a data do balanço.

N) Obrigações Vinculadas e Fidejussão

Representa um passivo vinculativo, constituído por valores a favor de instituições de Moçambique, de Estados da União Europeia e de organizações sem fins lucrativos, incluindo as parcerias com investimento, realizadas em parceria com a Estratégia, e da gestão administrativa mediante lista, a qualquer título, neste subgrupo, sem a perda de vista do Orçamento Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa em Tecnologia Energética – PTE aplicados no Afim Investido.

NI) Outros créditos e obrigações

Declarar outros e passivos vinculativos de longo prazo em razão de acordos até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) Aproveita das Sobras ou Perdas

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

NOTA 59 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Empresa possui caixa e equivalentes de caixa e montante de R\$ 1.443.371,83 em caixas físicas e 5,14% em Traker e Valores Mobiliários (Ações), devidamente contabilizadas conforme demonstrado a seguir:

			Legislação Societária	
Fontes	Tipo	Reclassificação	2022	2021
Caixa e Bancos			1.463.696,25	1.456.206,87
Banco do Brasil			2.006,00	2.000,00
C. E. Federal	Conta Corrente	-	120.677,52	45.793,36
Socob-Credulitas	Conta Corrente	-	96.866,21	50.686,67
Socob-Credulitas-Púb.	Conta Corrente	-	1.219,50	1.15.994,00
Estado do Brasil	Conta Corrente	-	31.877,00	1.171.176,71
Fonfemar	Conta Corrente	-	94.940,00	114.560,00
Reservados em Indivíduo			89.231,41	695.689,54
Aplicações Financeiras			1.080.148,15	4.714.806,87
C. E. Federal	CDR-Hís	Taxa Juros/CDR	1.042.977,71	1.044.789,08
Socob-Credulitas	CDR	CDR e LOP/CDR	113.267,15	4.606.393,47
Socob-Credulitas	CDR	CDR	23.903,29	63.624,32
Total			3.443.271,02	8.322.349,81

NOTA 08 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, fabricado e não lido, seja por atividade, serviços prestados, atividades mercantis e outras, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. Não consideramos as contas financeiras de unidades desconsolidadas.

Comparações das Contas a Receber		Legislação Societária	
CLASS		2022	2021
Procedural		1.304.198,00	1.347.075,10
Infância		2.475.114,00	4.013.985,04
Família		793.481,78	1.094.180,57
Parceir		1.553.170,58	2.437.574,08
Proj. Nômade		17.027,90	97.009,06
Participação Pública		143.527,00	184.733,74
Serviço Público		33.741,04	42.021,78
Taxa Juros/CDR Energia		303.141,00	486.075,13
Fornecimento não faturado		1.071.040,00	2.000.040,00
Subsídio - Descontos em		8.981.000,54	11.358.078,68
Serviço Taxativo		11.712,12	11.916,57
Participação - Mercado		113.870,40	94.111,00
Outros créditos		24.000,00	101.000,00
SUB-TOTAL		8.554.782,01	11.557.734,78
PROVISÃO/(Ganho) de 10% (inc. FALCADO)		(855.478,20)	(1.155.773,48)
PROVISÃO/(Ganho) de 10% (inc. S/C FALC.		(284.808,77)	(411.851,70)
TOTAL GERAL		7.414.500,04	9.990.109,60

As contas a receber de consumidores a receber estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores, e titulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é controlada com base nos valores a receber dos consumidores de classes segmental com base no mais de 90 dias da classe comercial vendidos há mais de 180 dias e da classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vendidos há mais de 180 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber a do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos creditórios de difícil recebimento, baseando-se na experiência da administração em relação as demais atividades, na está situação de gestão dos meios, entre outros.

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECLINAR

LÍQUIDO PAGAR	Contribuição Societária	
	AMT	PMU
ICMS a receber	4,81	50.771,84
ICMS sobre ativo imobilizado (IM)	207.200,45	190.601,72
Saldo negativo de IMPI e PMU (IMU)	117.976,07	431.771,91
IMF aplicações financeiras	0,00	0,00
Total	204.871,33	673.145,47
LÍQUIDO PAGAR	2.000,00	2.000,00
ICMS sobre ativos imobilizados (IM)	871.608,94	1.423.200,12
Total	873.608,94	1.425.200,12

Valores de impostos e contribuições a serem temporizados ou resarcidos a partir a longo prazo, dos quais não há a segurança provávelmente.

(*) – ICMS sobre a compra de bens em ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 28 parcelas mensais.

(**) – Saldo negativo de imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurado sobre o resultado com lucros, dos quais haverá um fôlego por reversão.

NOTA 08 – ESTOQUES

A administração mantém em sua armazenagem operacional, todo o material necessário para a devida manutenção das frotas da Distribuição, a utilização desse material a falta devida dos procedimentos contidos nas regulamentações contábil e patrimonial estabelecidas pelo órgão regulador. Os valores estão avaliados por custo.

Material	Legislação Societária	
	2022	2021
Ativo avaliado em carteira	710.000,47	523.209,40
Reservas estatutárias	47.000,00	14.810,70
Adiantamento a fornecedores	124.000,00	1.310.573,00
Dívidas a receber	0,00	43.297,91
Total	881.000,47	1.892.891,01

NOTA 08 – SERVIÇOS EM CURSO

Descrição	Legislação Societária	
	2022	2021
Serviços prestados a terceiros	81.500,00	100.700,00
Serviços próprios	681.000,00	914.210,00
Dotações e alocações em curso	1.841,00	17.000,00
Total	864.341,00	1.031.910,00

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produção econômica do ativo imobilizado ou intangível, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 09 – ATIVOS REALIZÁVEIS

Descrição	Legislação Societária	
	2022	2021
CFR não realizado	281.200,00	110.000,00
Passivo não realizado	60.000,00	10.700,00
Títulos realizáveis	228,00	1.210,00
Total	341.428,00	1.221.910,00

Valores representados em nome próprio da companhia de emissão de capital de terceiros por meio de contrato de venda de ações.

NOTA 10 – OUTROS CONTAS A RECEBER

Descrição	Legislação Societária	
	2022	2021
Serviços prestados a terceiros (STI)	283.700,00	204.210,00
Imposto de Renda a receber	120.400,00	140.500,00
Adiantamento de IPTU	44.000,00	60.700,00
Sobre o período 2020	2.410,00	1.410,00
Outros a receber	45.000,00	30.000,00
Provisão de perda de cheque e parcelamentos	(20.000,00)	(8.000,00)
Compensamento de infrações	170.000,00	30.000,00
Reservas estatutárias de IRPJ e IRPF	1.790.000,00	1.000.000,00
Outros a receber	10.700,00	200,00
Total	2.196.810,00	1.458.830,00

(*) - Valores a receber referentes a prestação de equipamentos de padrão de qualidade que serão recebidos pela fazenda rural de cada coradador para contrarrestar o serviço.

NOTA 22 - IMOBILIZADO (IMOBILIZÁVEL E INTANGÍVEL)

Conforme determina o RFP 31 e OCP 03, os bens vinculados a contratos de parceria são de natureza pública, devendo ser classificados como ativos financeiros, imobilizados e intangíveis.

Legislação Suscitada

CONTAS	2011	2012
Ativo Imobilizável (Previdência)	10.172.911,25	10.607.000,00
Bens - De natureza pública	90.997,24	90.997,24
Intangível (*)	83.041.175,40	83.781.744,72
Total	101.205.083,89	94.480.741,96

A partir de 2011, a nova legislação que segue regulamentados valores de ativos imobilizados que estão em favor da Secretaria Pública de Educação do Estado (SEED), para o grupo de Ativos Financeiros e Ativos Intangíveis, atendendo a OCP 03, onde:

"De acordo com os contratos de consórcio, os valores a serem vinculados aqui são construídos ou são ativos, pelo consórcio, para o atendimento de demandas na prestação dos serviços públicos."

As diligências realizadas não dão origem a nenhuma alteração do ativo imobilizado regulatório, desde a versão do RFP de 2010.

(*) Intangível

CONTAS	2011	Ativos	Bens	DESCRIÇÃO Acumulado	Último 2010	Último 2011
DE DÍVIDAS	88.198.21,84	28.816.29,40	113.881.154,00	108.189.960,00	2.158.170,80	2.157.249,80
A Servicos	278.877,74	0,00	0,00	287.280,00	0,00,00	0,00,00
Tributos	84.880,70	89.280,70	108.842,10	0,00	84.880,70	84.880,70
Tributos/De	289.071,00	28.928,00	108.842,10	287.280,00	84.880,70	84.880,70
Materiais e Equipamentos	88.429.342,00	25.250.748,40	127.487.342,00	127.299.500,00	14.348.413,00	14.348.413,00
Móveis e Utensílios	308.340,00	1.340.680,00	1.258.112,00	207.207,00	34.800,00	89.340,00
Veículos	1.177.208,00	1.331.880,00	109.400,00	1.290.380,00	1.340.798,00	1.340.380,00
DE DÍVIDAS	10.172.911,25	19.450.65,00	110.990.26,00	0,00	1.701.61,00	1.701.61,00
Bens de Natureza Pública	0,00	19.450.65,00	11.448.14,00	10.770,00	17.000.000,00	10.700.000,00
Total Intangível	88.486.552,09	28.816.29,40	108.889.41,00	108.397.160,00	14.383.481,80	14.437.851,80

CONTAS	2010	Ativos	Bens	DESCRIÇÃO Acumulado	Último 2009	Último 2010
DE DÍVIDAS	1.207.800,81	74.400,00	108.117,00	108.700,00	807.480,00	764.614,00
A Servicos	107.388,00	0,00	0,00	108.130,00	69.498,00	69.280,00
Materiais e Equipamentos	549.420,00	60.800,00	107.114,70	107.180,00	14.700,00	14.600,00
Móveis e Utensílios	551.000,00	1.080,00	11.000,00	107.410,00	100.700,00	100.700,00
Veículos	208.075,00	0,00	0,00	178.880,00	179.500,00	179.500,00
DE DÍVIDAS	0,00	18.500,00	111.114,00	0,00	10.400,00	0,00
Total Intangível	1.757.220,81	83.700,00	226.231,00	216.780,00	928.180,00	885.214,00

Total de bens iguais	87.728.331,10	28.816.29,40	108.998.114,00	108.607.160,00	15.312.101,80	15.227.761,80
-----------------------------	----------------------	---------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	----------------------

Os pretéritos foram atingidos de duas maneiras por means of a falta de acordo com a Resolução ANEEL, em sua função de 11/04/2010, são os seguintes:

Classificação	Valor Anual de Depreciação (R\$)
Deposito de operações classe de tensão 138 kV e 230 kV	10,87%
Classe unipolar com classe de tensão de 138 a 230 kV	20,87%
Condutor classe de tensão inferior a 60 kV	5,51%
Linhas de poste	20,87%
Regulador de tensão e reator 138 kV	9,26%
Transformador de força	17,87%
Transformador de distribuição classe	4,86%
Ativo Intangível	
Valores	10,00%
Edificações	20,87%
Equipamento geral	20,87%
Equipamento para informática	10,00%
Software	10,00%
Intelectuais e similares	6,67%

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Descrição	Legislação Societária	
	2012	2011
Imobilizável	1.170.500	1.170.500
Imobilizável em andamento	1.000.000	1.000.000
Créditos	601.056,00	601.056,00
Outros	200.480	200.480
Total	2.972.036,00	2.972.036,00

NOTA 15 – FUNDOS DEPRECI

Descrição	Legislação Societária	
	2012	2011
DEPREC	1.600.505,67	1.776.420,66
IMOBILIZ	2.278.800,00	611.460,00
Depreciação	100.000,00	20.000,00
Total	4.219.295,67	3.438.900,66

NOTA 16 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

Descrição	Legislação Societária	
	2012	2011
Empregados	419.794,00	629.492,00
Diretores	31.200,00	24.500,00
Total	450.994,00	653.992,00

NOTA 16 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CÓDIGO PASSIVO	Legislação Societária	
	2022	2021
IRPJ – Folha de pagamento	342.801,63	331.301,80
IRPJ – Folha de pagamento	75.525,25	81.898,79
IRRF – Folha de pagamento	387.264,93	371.572,88
CNV	124.754,45	1.021.456,30
Contribuição PI – Contribuição/PI/MS	10.811,24	11.371,89
Contribuição PI – PI	7.968,98	8.742,39
IRL – Folha de pagamento	5.443,71	7.340,44
IRL CONTRIB. EMPREGAD. PRECATORIO	1.828,57	211,88
Total	1.695.637,86	2.695.178,57

CÓDIGO PASSIVO	2022	2021
ITAN	-	1.324,88
Total	-	1.324,88

NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Legislação Societária	
	2022	2021
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	507.472,24	620.854,65
Taxa de recuperação	11.859,17	11.528,48
Contribuição de Bônus	1.054,99	5.197.494,37
Total	519.386,40	6.319.877,50

NOTA 18 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

Descrição	Legislação Societária	
	2022	2021
Provisão - Desutilidade	11.808,71	9.138,83
TRUF	1.768,18	1.277,49
CDC Inadimplido	71.253,41	85.811,87
Outros passivos regulatórios	814.808,98	0,00
Total	1.607.638,28	96.228,19

NOTA 19 – PROVISÃO PARA DÍVIDAS

Descrição	Legislação Societária	
	2022	2021
IRPJ	180.208,71	181.371,80
IRRF	75.428,78	81.311,84
IRL	11.878,11	6.714,20
IRPJ/IRRF	814.255,18	671.431,19
Total	1.181.770,78	940.828,83

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Descrição	Legislação societária	
	2022	2021
Reserva convênios/ Contr. (Contrib. a ad. Afiançada)	4.505,82	4.642,79
Debitos e créditos a pagar	8.895,49	6.031,67
Convênio - Licitação pública	167.107,56	154.134,79
Convênios de hospitais e associações	681.885,27	419.000,00
Capital social a receber societário	73.948,00	73.270,00
Impostos a receber	21.000,00	22.000,00
Debitos e créditos / Descontos / Creditos a receber	82.942,70	81.879,34
Comércio do crédito KM4 a pagar – prazo	21.113,81	21.101,37
Imposto de renda a pagar	1.878,00	0,00
CPFLA - Descontos	(387,82)	0,00
Outros	17.809,80	4.081,45
Total	2.072.092,86	1.114.051,88

NOTA 21 – CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

No exercício de 2020, a Companhia sofreu fiscalização da SPP – Secretaria da Receita Federal referente ao PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, em relação aos fatos geradores ocorridos de setembro de 2011 a junho de 2008, resultando no Acórdão de Infração nº 05.201.00-2008.00354-0 no montante de R\$ 2.878.046,22 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos). Em março de 2021, houve julgamento favorável à CPFLA, não ficando mais suscetível de reconhecimento desta obrigação tributária.

NOTA 22 – CAPITAL SOCIAL

Participa integralmente a sociedade controlada no país e está totalmente integral pelo correspondente a participação de 15.583 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e três) ações em 31/12/2022.

NOTA 20 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com a estatuta social, conforme quadro a seguir:

		Legislação Societária	
Totais e Destinação de JACO		2022	2021
Resultado Líquido do Exercício			
Lucro Attribuído Acionistas		177.074,28	128.418,18
Imp. P. R. (Imposto de Renda)		10.908.450,05	11.803.174,88
Total / Prejuízo Líquido do Exercício		10.731.375,77	11.674.756,70
Destinações Legais e Estatutárias			
Reserva Legal			
* 10% do Lucro Líquido (Art. 1.417)		17.707,43	12.841,82
* 10% do Lucro Líquido (Art. 1.418)		17.707,43	12.841,82
		35.414,86	25.683,64
Reserva Legal			
* 10% do Saldo (Artigo 1.419 da Lei 6.402)		1.098.418,18	1.118.172,45
Fundo de Reserva a favor do sistema de distribuição			
* 10% do Lucro Líquido (Art. 1.419 da Lei 6.402)		1.118.418,17	1.118.172,45
		1.118.418,17	1.118.172,45
Total das Destinações Legais e Estatutárias		1.151.641,51	1.154.998,54
E] Saldo líquido a pagar a acionistas		9.579.734,26	10.519.758,16


 Juliana Walter dos Santos
 Diretora - CFC/SC nº 060.388/O-1
 CPF nº: 036.813.826-77


 Jansen Zaneta
 Presidente
 CPF nº: 023.879.826-10

3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3.1 – Relatório dos auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos pro-

cedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 27 de janeiro de 2023.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador
CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

3.2 – Parecer Conselho Fiscal

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, REALIZADA NO DIA 18 DO MÊS DE MARÇO DE 2023.

Após o processo de convocação de 18 de março do ano de dois mil e vinte três, às dezesseis horas, na sede de reuniões desta Cooperativa, sito a Rua Ludovico Menegato, 1275, Bairro São Luiz, Turvo Santa Catarina CEP 88 650-000, CNPJ: 56.812.670/0001-02, IE: 250.249.537 e NIRE 4240300391-5, reuniram-se extraordinariamente os membros eleitos do Conselho Fiscal - Coordenador - Sr. José Eno de Araújo - Secretária Sra. Adriana Turcos Alessio e o Membro Eleito - Sr. Edur Marcelo; com fins específicos para tratarem de assuntos relacionados a esta cooperativa, para aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço e Aprovação de contas relativas ao ano de 2022; de que trata o artigo 4º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e admitido o parecer dos Auditores Independentes, decidiram por unanimidade aprovar os Balanços relativos o Balanço Geral, Passivo e Demonstrativo e Relatório do Conselho de Administração referente ao exercício anual encerrado em 31 de Dezembro de 2022, emitindo assim parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua renovação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Coordenador José Eno de Araújo e para constar, eu, Adriana Turcos Alessio, Secretária, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, foi assinada por mim e demais membros presentes. TURVO (SC), 18 de Março de 2023.

Coordenador... JOSÉ ENO DE ARAÚJO

Secretária... ADRIANA TURCOS ALESSIO

Membro Eleito... EDUR MARCELO - Membro Eleito

4 – RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

São José (SC), 08 de março de 2023.

Para: Sua Diretoria de
CENSOE – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
Turvo – SC

Prezadas Senhoras:

Em conexão com o exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentamos nosso relatório sobre os exames realizados no período de 16 a 08 de março de 2023, no âmbito das recomendações decorrentes do aprimoramento (ou fortalecimento) dos sistemas e controles internos e dos procedimentos contábeis utilizado pela Cooperativa.

Solicitamos que os pontos aqui abordados não representem todos aqueles que uma revisão especial, mais extensa e detalhada poderia revelar, mas somente aqueles que vierem ao terno conhecimento no decorrer do nosso trabalho normal de auditoria.

Nesta oportunidade, colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Sas. para prestar os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Desde o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas

Cordiais Saudações



Germano Bido (do V. Sas.)
Sua Diretoria

I - RELATÓRIO CONTROLES INTERIOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por uma auditoria independente a respeito de que estabelece a Resolução Normativa No. 939/2021-SFHY/UBLL, foram as seguintes conclusões:

II - COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERIOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Considerando os exemplos de nossos trabalhos e, levando em conta a extensão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2022, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos aspectos de controle interno associados, considerando sua relevância na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, fomos orientados por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem procedimentos dos registros contábeis, de documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nessa sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Empresa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Procedimentos/Pagamentos via Caixa

A empresa utiliza-se de caixa apenas para pagamentos de pequeno valor, com saldo máximo de R\$ 2.000,00, sendo feita a reposição por cheque nominal. Não constatamos recebimento de notas, as quais sempre são recebidas via crédito bancário.

Constatamos ainda a existência de ledôlito de caixa diário, composto de saldo remanescente no encerramento do dia e saldo atual, no qual consta os restos de pagamento pelo mês.

Condições Contábeis:

Para realização dos trabalhos, foram apresentadas condições contábeis detalhadas em planilha, juntamente com as consequências legais que devem seguir aos registros na contabilidade.

Todos os rubricas contábeis relevantes constam contábil e apresentam saldo adequado. Nenhum erro foi constatado.

Destacamos aqui a importância de se efetuar composição/condição dos saldos contábeis é uma ótima ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles

exercício, permite identificar e pontuar eventuais divergências apontadas de forma fundamentada, propiciando assim a consolidação dos registros e informações contábeis com mais propriedade.

Inventário Físico:

Observamos que a universalidade encontra-se satisfatoriamente organizada, sendo cada produto bem identificado de acordo com o plano, para conferência com as manifestações de saída e demais itens de movimentação, salientando que alguns materiais de grande porte estão acondicionados de forma amontoados, impedindo a identificação física dos mesmos, na área de difícil acesso até o item.

Cabos e Transformadores:

Os transformadores estão em local coberto e organizados de acordo com a sua potência e que poderia facilitar sua contagem, entretanto existem transformadores de potência e quantidade em locais diferentes.

Os bobinas de cabos estão organizadas de forma adequada por ordem de tamanho facilitando sua movimentação, não realizando contagem dos cabos.

Polis Pastosa:

Observamos que a local de armazenagem se encontra limpa e organizada, sendo separados por tamanho com identificação visual, facilitando a contagem e identificação. Identificamos uma quantidade com alguns pontos que são de fácil acesso de obra de distribuição, sendo acessíveis apenas para utilização na linha de transmissão, que está sendo controlada por empresa terceirizada.

Trabalho Físico:

A contagem de estoques, que seria feita por amostragem para a validação dos saldos físicos e financeiros dos estoques, não foi realizada por vários motivos alegados pelo responsável pelo setor de inventário.

Por conta da não realização da contagem dos estoques, não podemos afirmar que a relação dos saldos físicos e financeiros estão compatíveis com os materiais armazenados nos estoques.

Recomendamos que seja realizado inventário físico de todos os estoques, a fim de eliminar possíveis divergências entre os controles e as quantidades físicas. Tal procedimento é imprescindível para a validação das demonstrações contábeis.

Ambiente de Controle Interno:

Em nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, equivalentes com relação à observação das práticas contábeis e controles internos.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles os seguintes instrumentos:

- Estatuto Social
- Conselho de Administração e Fiscal
- Regulamento Interno

- Departamento de Informática
- Departamento de Contabilidade
- Auditoria Independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo SESCOOP em parceria com a FECCOBRASIL.

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante reuniões mensais de aspectos contábeis, controle interno, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As principais ferramentas utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Controle geral de contas
- Controle fluxo de caixa e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises mensais
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Coordenador Técnico e a supervisão direta do Presidente.

Software:

A cooperativa utiliza software de gestão desenvolvido pela empresa Local Software Ltda. O programa contém um módulo denominado Acordimento, o qual registra todas as solicitações de serviço de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos acordimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas de administração.

Documentação Legal

Atas de Assembleias Gerais

As assembleias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento. As deliberações observam regularmente o que decorre da lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa, em 2022 a AGO de prestação de contas do exercício de 2021 foi realizada em 23 de março de 2022.

As atas são regularmente elaboradas e encaminhadas a JUCESP para registro.

Instância Social

O Estatuto Social vigente possui disposições relativas, principalmente, sua última alteração ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2015, registrada na JUCEC em 05 de agosto de 2015, sob o número 20156012193.

Do Conselho de Administração

O conselho vem deliberando assuntos de sua competência e reunindo-se com a regularidade prevista no estatuto social, as decisões tomadas são levadas em ato eletrônico. Verificamos que o conselho vem cumprido o dever previsto em estatuto social, uma vez que vem apresentando as determinações do conselho, efetuado o planejamento e tomando normas para as operações e serviços de propriedade e controlando seus resultados.

O atual conselho foi eleito em 29 de março de 2015, com mandato de 4 anos até março de 2019.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal realiza de forma regular a auditoria do balanço que o que determina o Livro Social, em uma ata de forma eletrônica com as deliberações tomadas. Efetuando a análise da documentação referente ao balanço do mês anterior a reunião.

Verificamos que o conselho vem atuando para o controle de contas do exercício financeiro, emitindo parecer aprovado da contabilidade e o resultado do exercício, levantando a representação pela contabilidade.

O conselho fiscal eleito em 25 de março de 2015 terá mandato até a próxima assembleia em 2019, quando se realizará AGO para prestação de contas do exercício de 2015 bem como eleição dos novos membros.

Prestação de Contas

A prestação anual de contas e balanço no disposto na art. 44 da Lei 5.769/71, e levando volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório de gestão. O exercício contábil de 2011 foi aprovado em AGO na assembleia de 25 de março de 2012.

Provisão para Devedores Duvidosos:

O regime contábil da provisão é suportado pelo Sistema USOML. Verificamos que o mesmo se encontra em conformidade com a contabilidade, por meio do que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Empresas com residência no exterior: até mais de 90 dias;
- b) Empresas comerciais vendidas há mais de 180 dias; e
- c) Empresas com infraestrutura, energia, serviços públicos, e serviços públicos e outros, há mais de 350 dias.

III - Considerações Finais

Nestas sessões foram apresentados pelo método de amostragem no extenso e profundidade julgada necessárias as oportunidades, sendo por base o conteúdo de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados à mesa de trabalho.

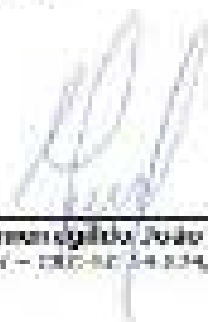
Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria devidamente adotadas, de acordo com o que requerida a Comissão Federal de Contabilidade e feita em conformidade a legislação tributária, contábil e cooperativista vigentes.

Como essas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes de amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento da estrutura sobre relatada deve estar revertida à CERSEH - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao dispor dos serviços para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Assinadamente,



Harmonizildo José Varoni
contador - CRC-SP/14.224/O-7 16ª AN

AUDITORIA E Auditorias S/S
RUA JORGE DE AGUIAR, 121 - 16ª AN

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

5.1 – Balanço Patrimonial

ATIVO		2020	2019
CIRCULANTE		14.740	21.539
Créditos exigíveis de clientes		1.440	4.252
Consumíveis	7	7.419	10.573
Serviços em curso		691	647
Tributos a receber		375	649
Ativos diferido operacional		748	672
Adiantamentos		104	1.421
Ativos regulatórios		1.290	1.543
Despesas pagas antecipadamente		214	140
Outros ativos circulantes		2.157	1.352
NÃO CIRCULANTE		115.951	98.251
Tributos a pagar		377	174
Depósitos judiciais e caução		725	0
Participações societárias		831	908
Investido	8	115.704	97.438
Intangível	8	70	95
TOTAL DO ATIVO		130.691	122.715
PASSIVO		2020	2019
CIRCULANTE		11.028	11.452
Fornecedores		4.315	3.403
Obrigações sociais e trabalhistas		2.420	3.043
Tributos		309	1.697
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		18	25
Empréstimos		966	1.828
Passivos regulatórios		1.029	78
Reserva a receber		2.345	660
NÃO CIRCULANTE		3.458	3.387
Provisão para litígios		10	95
Obrigações vinculadas a passivos	9	3.357	3.100
Outros passivos não circulantes		0	1
PASSIVO LÍQUIDO	24	114.663	107.946
Capital social		100	100
Reserva de capital		1.250	1.222
Reserva regulatória computável		6.385	6.555
Reserva de sobras		936.173	901.599
Reserva de ações (RCA)		6.759	1.560
TOTAL DO PASSIVO		130.691	122.715

5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (R\$ Mil) – expressas em milhares de reais

Demonstração do Resultado Regulatório

		2022	2021
Receita / Ingressos	11	96.468	94.079
Fornecimento de Energia Elétrica		39.331	40.038
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		36.091	35.653
Ativos e passivos regulatórios		111	1.182
Serviços sob medida		97	50
Doações, contribuições e subvenções		(21.440)	18.755
Tributos		(13.169)	(16.764)
ICMS		(12.790)	(16.604)
PSL COFINS		190	(64)
ISS		109	(66)
Exatigies – "Parcela A"		(16.047)	(17.891)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(8.798)	(7.587)
Taxa de Recuperação de Serviços de Energia Elétrica - TRSEE		(766)	(146)
Outros Encargos		(7.083)	(9.758)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		66.435	59.828
Custos de Geração – "Parcela A"		(36.494)	(33.704)
Energia elétrica comprada para revenda		(36.494)	(33.704)
Resultado Antes dos Custos Operacionais		29.941	27.124
Custos Operacionais – "Parcela B"		(20.691)	(17.114)
Pessoal e Administrativos	12	(11.492)	(9.254)
Matérias		(2.138)	(2.264)
Serviços Terceiros		(1.574)	(908)
Arrendamentos e Aluguéis		(817)	(521)
Seguros		(40)	(28)
Provisões		58	(114)
(-) Recuperação de Despesas		134	163
Tributos		(247)	(156)
Depreciação e Amortização		(4.340)	(3.900)
Ganhos Diversos		(1.307)	(1.300)
Ganhos Recentes Operacionais		1.671	2.455
Ganhos Operacionais Descontinuados		(1.357)	(1.135)
Resultado da Atividade		8.250	8.502
Resultado Financeiro		1.314	1.113
(Ganhos Financeiros)		(124)	(64)
Receita Financeira		1.437	1.178
Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros		10.574	11.095
Despesas com Impostos sobre os Lucros		(166)	(178)
Resultado Líquido do Exercício		10.408	10.917

5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL - Dividendos e Sobresalvos	REGULAÇÃO REGULATÓRIA COMPENSAÇÃO	FUNDO DE RESERVA (FRF)	FATOS	RESERVA DE RESERVA, R/L	SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA GPC	TOTAL
SALDOS 31/12/17 (R\$)	176	1.293	7.420	3.138	3.418	72.112	3.655	97.171
1- AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização (dividendos) de quotas	7							7
2- AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias				1.115	503	6.441	(5.034)	0
- Destinações GPC						3.655	(3.655)	0
3- DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Encargos do FATOS					(792)			(792)
- Formação do ajuste regulatório patrimonial			(172)				172	0
- Ajustes de exercícios anteriores								0
4- SOBRAS IMPUTADAS NO EXERCÍCIO							10.457	10.457
SALDOS 31/12/17 (R\$)	183	1.293	6.256	12.948	4.124	80.228	4.280	107.838
1- AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização (dividendos) de quotas	6							6
2- AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias				1.002	207	4.239	(5.206)	0
- Destinações GPC						4.954	(4.954)	0
3- DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Encargos do FATOS					(1.243)			(1.243)
- Formação do ajuste regulatório patrimonial			(167)				167	0
- Transferências GPC						(1.478)		(1.478)
4- SOBRAS IMPUTADAS NO EXERCÍCIO							10.438	10.438
SALDOS 31/12/17 (R\$)	189	1.293	4.189	11.908	3.908	80.095	4.280	119.751

5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatórios

	2022	2021
SOBRAS LÍQUIDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DESTINAÇÃO	10.514	11.095
Sobras do exercício	10.514	11.095
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.468	5.505
Ajustes de variações anteriores		
Redução (Aumento) de consumos de associados	2.554	(1.035)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	175	167
Redução (Aumento) de estoques	(70)	(131)
Redução (Aumento) de adiantamentos	1.217	2.452
Redução (Aumento) de despesas em curso seguintes		
Redução (Aumento) de serviços em curso	(40)	(3)
Redução (Aumento) de outros regulamentos	35	(125)
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(264)	(400)
Redução (Aumento) de depósitos a curto prazo	(722)	0
Aumento (Redução) de fornecedores	746	3.033
Aumento (Redução) de obrigações sociais	437	88
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	(1.268)	512
Aumento (Redução) de outros regulamentos	(2.633)	2.548
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	353	(1.235)
Aumento (Redução) de processos a receber e pagar	(10)	(3)
Aumento (Redução) de outros sítios	1.583	(305)
CADA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	13.573	16.600
IRPF E IS	(166)	(338)
CADA LÍQUIDA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	13.407	16.262
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(19.318)	(17.714)
(Aumento) Redução em (nos) terrenos	(32)	(36)
(Aumento) Redução de imobilizado	(18.461)	(18.099)
(Aumento) Redução de intangível	21	(48)
(Aumento) Redução de obrigações a longo prazo	157	469
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.603)	(780)
Aumento (Redução) de reservas	(2.631)	(757)
Aumento (Redução) de capital social	2	7
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(5.911)	(12.452)
Disponibilidades no início do exercício	6.952	8.984
Disponibilidades no final do exercício	1.041	6.532

5.5 – Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021. (Valores expressos em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural e industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo as serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamentou o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Distribuição de energia elétrica, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição de baixa e média tensão.

A permissão de distribuição permitida vai de até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exercida pela CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é exercida com outras cooperativas e consórcios que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Melero, Ermo, Morro Branco e Timbó do Sul, e parcialmente em: Ananguá, Marema, Sombrio, Jacinta Machado, Terra Santa e Novo Venozé, atendendo cerca de 13,8 mil unidades de consumidores e beneficiados em 260 bairros.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui caráter de exclusividade sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Categoria total autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia porbitada em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A") e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambos os períodos são contabilizados como parte da contabilidade original para determinados períodos iniciais. Subseqüentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de haver os custos da Parcela B para o fim de determinar o ajuste de inflação (ou outro fator de ajuste similar) baseados nos Custos da Parcela B ("Ajuste Escala") para o período subsequente. Este ajuste poderá resultar num ajuste escalonado com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as necessidades para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2021, a Categoria pode ajustar regular os ajustes tarifários resultantes de eventos que afetam os ajustes regulatórios coordenados financeiros dos seus negócios. Outros eventos regulatórios recomendados (como ajuste no custo de energia comprada, impostos sobre a receita ou a renda a milhão) não também têm permissão para serem observados por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Categoria solicita um reajuste tarifário, se faz necessário compreender o impacto financeiro resultante de tais eventos na categoria.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas procedimentais e técnicas emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as práticas contábeis consolidadas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis consolidadas societárias da categoria. Há diferenças entre as

práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações prestadas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para Fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, torna-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de alguns normas contábeis societárias e regulatórias, e tais diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado na Demonstração Contábil preparada de acordo com os controles prévios.

63 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e a seguir as principais que se estabelecem abaixo:

Ativos e passivos financeiros atrelados: O reconhecimento de determinado custo fixo no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio do repasse anual. Seguindo orientação do órgão regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros atrelados, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será financeira e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma taxa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Monte Atrelado Financeiro beteira só será realizado quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária de empresas, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas receitas e reajustes tarifários, a que geram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através do regime contábil determinado a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, são demonstrados nas demonstrações contábeis societárias até a encerrado findo 2014.

Em 15 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu editar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica bras leiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Fórmula A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Regulação Tarifária (IRT). A Nota Técnica nº 280/2014-S/P/CON/REG/ANEEL detalha a análise para inclusão nos Contratos de Concessão e Permissão, já disponível.

O Comitê de Trabalho CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o adiantamento nos Contratos de Concessão e Permissão, representa um ativo no Brasil e no exterior, a partir da celebração (assinatura) dos Contratos de Concessão e Permissão das referidas empresas, se eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou extinção do passivo decorrer das obrigações das concessionárias perante as entidades de regulação, e que até então eram consideradas impedidas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTC 08, a partir das alterações e adições aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, deverão ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Comissão de Trabalho Trabalho Atrelado ao Contrato de Permissão em vigor em 2015, e em vigor até do os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota "10" e "19" das demonstrações contábeis societárias, a partir do exercício social 2015.

Imobilizado em serviço: Registrado no curso de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os valores contábeis registrados conforme legislação vigente. Os meses e anos de depreciação serão determinados nos tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a permissão de restrição de indenização de parcela não depreciada de bens pelo taxa de depreciação regulamentar e o prazo de vigência do contrato (concedido, permitido ou autorizado). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventos processuais de revisão das taxas de depreciação regulamentar.

O resultado na alienação ou na extinção de um bem do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor do ativo e o saldo contábil de ativos e é reconhecido no resultado de exercício.

Imobilizado em curso: Os custos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em curso próprias e à alienação dos equipamentos ditos, com prevalência ao cancelamento de licenças. O processo de contabilização no Setor Elétrico. Estes custos são recuperáveis por meio do recebimento de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou construção de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrada quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros ocorridas no período de capitalização e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vice-ósti determinada para o bem do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos de administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangíveis: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, incluindo os financiamentos cedidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelo valor nominal ou pelo resíduo de comissões das concessionárias e da comunidade não cooperadas das permissões e autorizações, para realização de investimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pelo taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a cada obrigação, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, labou ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência do valor líquido para fundos administrativos, ligada aos efeitos de imposto de renda e contribuições sociais. Para fins de controle desta sociedade, a Lei 11.588/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação computada foi estabelecida pela ANEL, e foi registrada em 2004.

Reajustamento de receita: A receita operacional no curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo de contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o

compradas, de que se faz provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser determinado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A receita não-faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponível menos a parcela de perda e o acúmulo. O tratamento para a distribuição entre a receita da empresa distribuidora e a concessionária real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe Comissão que tradicionalmente represente 30% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

34 – CONSUMIDORES, PERMISITARIAS E CONCESIONARIAS

Empresas e/ou as Cordas e Novas

Descrição	SALDO DE CONTAS							TÍTULOS EM DESPESAS					Total 2012	Total 2011
	LUBRIFICANTES		CONSUMOS VARIOS					PERMISITARIAS & ATIVAS		CONCESSIONARIAS				
	Até 30 dias	Maio de 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Maio de 120 dias	Provisão de Despesas Reservas	Até 30 dias	Maio de 30 dias	De 31 a 60 dias	Maio de 60 dias	Provisão de Despesas Reservas		
Terminamento de Energia	5.024	-	018	80	41	614	1027	88	10	88	108	1080	7.007	10.513
Terminação	554		329	7	17	167	1187	1			14	120	1.128	1.717
Terminação	1.417		304	81	1	458	1428	81	11	88	108	1080	3.184	4.812
De terminação	297		12	1	8	18	187	4		1	18	180	381	1.818
Novas	1.878		311	21	10	188	1400	84	11	87	107	1080	1.574	2810
Proceder. Ativos	75					1	17						71	18
Terminação - Ativos	250					12	181						151	174
Serviço Público	11												11	11
Serviço Transito	42						127							-
Terminação (Não Patrocinado)	1.872												1.872	2.818
Outros (Ativos de Concessão)	118												118	100
Total	5.024	-	618	88	41	614	1027	88	10	88	108	1080	7.007	10.513

06 - IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Acréscimo (R)	Saldo (R)	Transferência (C)	Reservações	Valor Bruto em 31/12/2022	Ativos Dep. (C) (R) (C)	Degradação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Classificação Especial de Brutos
Edifícios	88.641	10.527	(8.241)	-	-	211.282	88.888	(87.848)	204.281	88.641	(1.227)
Termosol	181	-	-	-	-	181	-	-	181	181	-
Edifícios, obras e obras parciais	882	-	-	-	-	201	-	(271)	184	180	-
Móveis e equipamentos	95.817	40.262	(4.841)	-	-	217.102	48.118	(25.261)	204.759	11.404	(1.224)
Veículos	2.117	2.211	(24)	-	-	4.511	2.158	(1.784)	1.791	1.84	-
Máquinas e ferramentas	110	1.201	(1.200)	-	-	823	29	(243)	60	88	-
Arquitetura	1.268	23	(10)	-	-	1.278	28	(288)	881	204	-
Móveis e equipamentos	100	18	(11)	-	-	67	18	(215)	38	171	-
Veículos	50	-	-	-	-	201	-	(11)	188	188	-
Móveis e ferramentas	85	2	(11)	-	-	284	28	(121)	241	21	-
Carros utilizados	14	-	-	-	-	12	-	(182)	8	8	-
Móveis e equipamentos	11	-	-	-	-	17	-	(8)	8	8	-
Total	98.144	11.493	(8.175)	-	-	211.282	88.888	(87.848)	204.281	88.641	(1.227)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Acréscimo (R)	Saldo (R)	Transferência (C)	Reservações	Valor Bruto em 31/12/2022	Ativos Dep. (C) (R) (C)	Degradação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Classificação Especial de Brutos
Arquitetura	11.884	(1.801)	10.083	-	-	1.924	-	-	1.924	10.083	-
Móveis e equipamentos	88.716	12.282	100.998	-	-	1.181	-	-	1.181	100.998	-
Carros	2.117	12.282	24.399	-	-	2.117	-	-	2.117	2.117	-
Arquitetura	-	261	-	(110)	-	261	261	-	261	-	-
Móveis e equipamentos	-	80	0	(18)	-	80	80	-	80	-	-
Carros	-	141	0	(112)	-	-	-	-	-	-	-
Carros utilizados	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-
Carros	-	2	0	(2)	-	-	-	-	-	-	-
Total	92.717	12,162	104,875	(132)	-	7.488	501	-	7.488	104,875	-
Total do Ativo Imobilizado	190.861	23.655	109.750	(132)	-	218.770	89.389	(87.848)	211.781	193.516	(1.227)

Contabilidade de Intangível, conforme segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições 2021	Baixas 2021	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Liquidadas (2022/21)	Exercícios Anteriores	Valor Liquidado em 31/12/2022	Valor Liquidado em 31/12/2021
Ativo Intangível em Terceiro								
Direitos de Uso	160	-	-	160	-	160	160	160
Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	160	-	-	160	-	160	160	160
Outros								
Ativo Intangível	160	-	-	160	-	160	160	160
Exercícios	160	-	-	160	-	160	160	160
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Passividades	-	1	-	1	1	-	1	1
Totais	-	1	-	1	1	-	1	1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL	160	1	-	161	1	160	161	161

A composição da conta Ativos e Equipamentos da Unidade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Ativos e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições 2021	Baixas 2021	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Liquidadas (2022/21)
Ativos	69.815	66.811	(4.849)	131.777	61.937
Transferências de Equipamentos	12.257	1.811	(500)	13.568	1.257
Imóveis	3.815	618	(268)	4.165	615
Redes Cabos Terrestres (TNT e TTT)	50.211	2.744	(206)	52.749	1.811
Redes Fibra Terrestre (TNT e TTT)	28.815	3.811	(243)	32.383	3.261
Redes Alta Capacidade (TNT e TTT)	711	61.211	111	62.533	61.511
Redes e Serviços Terrestres (periféricos de TTT)	2.481	-	-	2.481	-
Demais Ativos e Equipamentos	10.811	1.211	(1.294)	10.728	(1.294)

Taxa e análise adicional de depreciação

Unidade	2022				2021
	Taxa Anual efetiva de depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição		370.332	-	17.318	
Ativos Intangíveis	6,67	567.810	-	17.328	68.870
Exercícios	5,74	5.816	(5.414)	4.297	1.811
Administração	3,81	1.275	(528)	651	811
Costo Histórico	6,04	1.258	(811)	447	611
Exercícios	(2,34)	(87)	(111)	(168)	11
Passividades	-	-	-	-	11
Costo Histórico	-	-	-	-	11
	6,41	568.512	(57.528)	395.984	68.870
Exercícios					
Distribuição		1.811	-	1.811	18.557
Administração	-	334	-	334	11
		1.811	-	1.811	18.568
TOTAL	6,41	568.512	(57.528)	395.984	78.338

Composição das aplicações de estrêto, por tipo de ganho capitalizada, é como segue:

Aplicação do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor em R\$ (aplicação)	Tempo de Serviço	Ativo em obra (projeto)	Depreciação acumulada	Valor em R\$ (aplicação)	Total
Móveis, Máquinas e Equipamentos	17.222	1.842	672		283	28.021
Móveis e Materiais	11					11
Veículos	1.215	7				2.323
Arrendados					1,75	1,75
Instal., Instalação e Projeto de M.H. (100)	212	416	1			213
Materiais de Construção	24,213					142,70
Construção em andamento	21,413					15,111
Total das Aplicações	49.887	1.748	673		1.583	88.168

De acordo com os artigos 63 e 64 da Decisão em 41.015 de 26 de fevereiro de 1957 e alterações, os bens e instalações de caráter permanente, transferíveis, instaláveis e comercialização de energia elétrica são vinculados a estas aplicações, não podendo ser retirados, alienados, vendidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens imovíveis a terceiros, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por inatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

Item	Porcentagem
Benfeitorias e melhorias (bens móveis) - Art. 63 (100%)	6,00%
Objetos de instalação (bens móveis) - Art. 63 (100%)	6,00%
Condutores aéreos e pilares de madeira - Art. 63 (100%)	3,00%
Instalações de sistema (bens móveis)	3,00%
Aplicação de bens móveis inferiores - Art. 63 (100%)	4,00%
Trabalhos de manutenção para bens móveis - Art. 63 (100%)	4,00%
Ativos em obra (projeto)	
Objetos de instalação	6,00%
Veículos	11,00%

As dez principais aplicações (pelo critério de valor) são imobilizadas em serviços no mercado foram:

Descrição	Valor
COND. SUPR. 22	7.170
POSTE AAC 22 x 5000 cm	4.530
POSTE AAC 22 x 3000 cm	2.866
POSTE AAC 22 x 4120 cm	2.820
POSTE AAC 22 x 3000 cm	1.891
CONDUTOR AER. 115KV PROTEGIDO - 6,30 (125 mm ²)	1.416
POSTE AAC 22 x 3000 cm	1.166
POSTE AAC 22 x 2500 cm	1.266
COND. SUPR. 22 POI - 215,20mm ² (2,451 m ² /kg)	1.121
POSTE AAC 22 x 3720 cm	1.037

As duas principais metas (pelo critério de valor) são financiadas em serviços no mercado livre:

Descrição	Valor
DEPOSITOS ALIADOS COM FUNDOS DE INVESTIMENTO	135
POSTO E SPAC T CONHECIMENTO ATUALIZADO	40
DEPOSITOS ALIADOS COM FUNDOS DE INVESTIMENTO	40
POSTO E SPAC T CONHECIMENTO ATUALIZADO	33
POSTO E SPAC T CONHECIMENTO ATUALIZADO	24
DEPOSITOS ALIADOS COM FUNDOS DE INVESTIMENTO	20
DEPOSITOS ALIADOS COM FUNDOS DE INVESTIMENTO	20
POSTO E SPAC T CONHECIMENTO ATUALIZADO	20
POSTO E SPAC T CONHECIMENTO ATUALIZADO	17
DEPOSITOS ALIADOS COM FUNDOS DE INVESTIMENTO	17

06 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Canal do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento das Impostas Federais Incididas sobre parte desses ativos e passivos (isto quer dizer à medida que os ativos e passivos são recebíveis e/ou pagos).

Ativo Financeiro Setorial (R\$ Mil)	Saldo em 31/12/2021	Ativo	Passivo	Saldo em 31/12/2020	Valor em Realizável	Valor em Contábil	Diferença	Nota Contábil
Empreita Ativo Financeiro Setorial	1.998	1.998	(1.998)	1.997	997	1.000	(1.000)	-
Empreita Passivo Financeiro Setorial	1.500	1.500	(1.500)	1.507	500	1.007	(1.007)	-
Passivo Imposto sobre Proventos e Rendimentos (R\$ Mil)	Saldo em 31/12/2021	Ativo	Passivo	Saldo em 31/12/2020	Valor em Realizável	Valor em Contábil	Diferença	Nota Contábil
Empreita Passivo Financeiro Setorial	170	1.770	(1.770)	(1.198)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	-
Empreita Passivo Financeiro Setorial	170	1.770	(1.770)	(1.198)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	-

07 – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CERSUL nos anos de 2022 e 2021 não contraiu nenhum empréstimo e financiamento nas entidades financeiras tradicionais.

08 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS

Os dados referentes à provisão para litígios mantiveram-se em R\$ 28 mil nos exercícios de 2022 e 2021.

R\$ Mil	Incidências	Reversão	Total
Saldo em 31/12/2021	-	28	28
Reversão	-	2	2
Saldo em 31/12/2022	-	26	26
Saldo em 31/12/2022	-	28	28

09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica a representação dos Ações da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as obrigações não condicionadas a qualquer retorno a favor do Estado e às subvenções destinadas ao financiamento do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a consolidação dessas obrigações:

Objetos de Despesa - R\$ Mil	Depto/Órgão Foco: Saúde (Anual)	Conta Financeira	Total
Despesas		3.192	3.192
Participação de Cidades, Municípios e Municípios			
Participação financeira do Consumidor		3.071	3.071
Despesas de Insumos e Materiais de Saúde Controlada	-	120	120
Receitas		120	120
Outras	-	120	120
Total		3.192	3.192

Objetos de Despesa - R\$ Mil	Valor Bruto em R\$(12/2021)	Adi. Oper (%)	Receita (%)	Valor Bruto em R\$(12/2020)	Reservas Obrigatorias (R\$)(R\$%)	Valor Disponível em R\$(12/2021)	Valor Disponível em R\$(12/2020)
Despesas	3.224	99		3.202	99	3.202	3.219
Participação financeira do Consumidor	3.089	94		3.077	94	3.077	3.098
Despesas de Insumos e Materiais de Saúde Controlada	135	100		125	100	125	121
Total	3.224	98		3.202	94	3.202	3.219
Objetos de Despesa - R\$ Mil	Valor Bruto em R\$(12/2021)	Adi. Oper (%)	Receita (%)	Valor Bruto em R\$(12/2020)	Reservas Obrigatorias (R\$)(R\$%)	Valor Disponível em R\$(12/2021)	Valor Disponível em R\$(12/2020)
Receitas	92	100	100	173	94	173	99
Participação financeira do Consumidor	1	100	100	10	10	10	11
Receitas de Insumos e Materiais de Saúde Controlada	91	100	100	163	94	163	88
Receitas de Outros	0	1	100	0	0	0	0
Total	92	100	100	173	94	173	99

10 - RUTAWÔMO LÍQUIDO

Capital Social: O valor do capital social de R\$ 195 mil pertence integralmente a associados (incluindo o país, correspondente à participação de 10.551 cotações por mil, que temos e accionista é um associado).

	2021	2020
Capital Social		
Capital autorizado	195	195
[] Capital integralizado	0	0
Total do Capital	195	195
Reservas de Capital		
Despesas de Investimento	1.219	1.219
Despesas de Investimento em Imóveis	11	11
Total do Grupo	1.230	1.230
Reservas de Reserva de R\$ Mil		
Reserva de Regulamentação do Estado	5.274	5.411
Reserva de Reserva de Regulamentação do Estado	214	1.500
Total do Grupo	5.488	6.911
Reservas de Reserva		
Reserva Legal	11.500	11.440
Reserva de Reserva Financeira e Social	3.956	3.831
Reserva de Reserva de Reserva de Reserva	24.995	24.765
Total do Grupo	39.451	39.936
Reservas (Reservas) Reservas		
Reservas de Reserva de Reserva		
Reservas de Reserva de Reserva de Reserva	1.708	1.996
Total do Grupo	1.708	1.996
Total da Reserva Líquida	116.792	117.912

11 – RECEITA BRUTA / INGRESSOS

	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Receita Bruta						
Transferências - Federais	28.881	33.887	140.381	140.316	79.418	81.868
Banco do Brasil	21.281	7.820	28.288	28.818	14.808	12.817
Banco do Nordeste	307	317	67.104	68.217	38.438	41.217
Linha FOM	1.211	1.890	14.105	14.823	8.000	8.827
Outros	4.792	2.851	18.062	18.445	13.602	15.000
Fundo público	293	285	1.558	1.817	1.100	1.061
Banco do Nordeste - out.	30	71	1.184	1.919	2.100	2.871
Banco estadual	31	31	2.482	853	181	381
Receita Bruta Operativa da Distribuição de Energia Elétrica	28.881	33.887	140.381	140.316	79.418	81.868
Licenciamento e Tarifas	28.881	33.887	140.381	140.316	79.418	81.868
Receitas Diversas	0	0	179	159	11.140	11.815
Contribuição do Imposto de Renda sobre Lucros e Juros					100	1.960
Contribuição do Imposto de Renda sobre Dividendos e Juros					100	510
Contribuição do Imposto de Renda sobre Lucros e Juros	0	0	179	159	110	118
Outros					20	67
Interrupções resultantes de serviços prestados					12.476	11.750
Total	28.881	33.887	140.560	140.475	90.854	93.613

12 – PESSOAL E ADMINISTRATIVOS

As Despesas com Pessoal, atualizadas de acordo com o exercício de 2002, importou em R\$ 11.499 e no exercício anterior de R\$ 8.250, posicionando um aumento de 24,21% em relação ao exercício anterior. Nas despesas com os administrativos houve um aumento de 23,0% em relação ao exercício anterior.

	2002	2001
Pessoal e Administrativos		
Pessoal	10.478	8.250
Banco do Brasil	7.205	5.710
Encargos	1.020	1.000
Emprego temporário	14	180
Outros Encargos - Corrente	84	388
Outros	71	64
Administrativos	526	442
Prestação de serviços (Despesas Correntes)	526	442
Total	11.499	8.250

13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEPARADO POR ATIVIDADE

A permissão de tarifa não atua nos negócios de geração e transmissão, e o negócio de comercialização de energia e distribuição, foi abolido na última modificação do manual de contabilidade do setor elétrico (MSEEL).

14 – REVELADO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Central, situada na cidade de Turvo - SC, atende aproximadamente cerca de 19 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 55 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2006, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2006 entre a União e a Central por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

A Resolução Normativa 704, de 23 de março de 2016, aprovou a Subtabela 8.4 e a revisão das Subtabelas 8.1, 8.2 e 8.3 do PROET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de ajuste e revisão tarifária das permissões de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo outorgado, as condições de permissão.

Pela nova regra, as concessionárias aderentes optam por ajustar nove vezes anualmente o contrato de permissão ficando livres para definir a Tarifa E segundo a metodologia do PROET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PROET S.L.A. Cerrud cabou por aderir como aditivo contratual.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Lei nº 13.161, que criou a subseção para compensar o impacto tarifário da redução da densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, parcerias e concessões de distribuição de energia, cabendo à área definir a forma de cálculo e os salares.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da concessionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A", formada pelos custos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerados pela permissão tarifária, próprios da atividade de distribuição.

As tarifas de aplicação da Cerrud, fixam, em média, sujeitas a um 0,25% (zero vírgula zero dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelas concessionárias, a partir de agentes ligados à distribuição.

As tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, da Anexo da Resolução Normativa 1.137 de 17 de setembro de 2012, estarão em vigor no período de 30 de setembro de 2012 a 23 de setembro de 2013.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico de setembro de 2012 até agosto de 2013.

Descrição	2012 (R\$)	2013 (R\$)	variação	Período de aplicação tarifária	Período de aplicação tarifária
REVENHOS PERMISSÃO	1.410.096,71	1.390.074,01	-0,14%	100%	100%
Valor do Fato de Consumo de 100 kWh	12.488,62	10.134,00	-0,04%	100%	0,00%
Custo de Distribuição de Energia Elétrica - CDE	1.000.177,84	1.107.000,00	0,00%	100%	100%
Outras	409.918,87	283.074,01	0,00%	100%	100%
REVENHOS PERMISSÃO	10.488.700,00	11.480.000,00	0,00%	100%	100%
Encargos	10.488.700,00	11.480.000,00	0,00%	100%	100%
REVENHOS DE DISTRIBUIÇÃO	11.488.877,81	11.800.000,00	0,00%	100%	100%
Valor do Fato de Consumo de 100 kWh	10.134,00	11.480,00	0,00%	100%	100%
REVENHOS DE DISTRIBUIÇÃO	10.134,00	11.480,00	0,00%	100%	100%
Período de aplicação				100%	
1. Adicional de Distribuição (AD)				100%	
Receita de 100 kWh		1.345.000,00	0,00%		
Receita de 100 kWh de Energia		11.135.000,00	0,00%		
Consumo de 100 kWh		100,00			
Subseção CDE		100.000,00	0,00%		
Subseção de Atividades de Base em Tarifas		1.000.000,00	0,00%		
Subseção de 100 kWh		1.000.000,00	0,00%		
Subseção de 100 kWh de 100 kWh		1.000.000,00	0,00%		
Subseção de 100 kWh de 100 kWh de 100 kWh		1.000.000,00	0,00%		
Subseção de 100 kWh de 100 kWh de 100 kWh		1.000.000,00	0,00%		
Subseção de 100 kWh de 100 kWh		1.000.000,00		100%	
Subseção de 100 kWh de 100 kWh de 100 kWh		1.000.000,00		100%	
Subseção de 100 kWh de 100 kWh de 100 kWh		1.000.000,00		100%	

15 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins societários, a Concessionária segue a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária segue a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Unidade de Medida	2011			2010		
		Ativo Passivo	Ajustes CPC	Reg. Societária	Ativo Passivo	Ajustes CPC	Reg. Societária
ATIVO							
Ativo circulante		24.340	0	24.340	24.828	0	24.828
Cobrança e recebíveis de clientes		2.421		2.421	8.871		8.871
Devedores		7.439		7.439	18.871		18.871
Tributos a pagar		491		491	491		491
Tributos a recuperar		115		115	478		478
Ativo circulante regulatório		112		112	1.000		1.000
Ativo regulatório		2.217		2.217	2.000		2.000
Empreitas a pagar em curto prazo		114		114	114		114
Outros ativos de curto prazo		2.781		2.781	1.701		1.701
Ativo não circulante		625.537	629	626.166	662.477	629	663.106
Tributos a recuperar		111		111	111		111
Empreitas a pagar de longo prazo		115		115	1		1
Outros ativos não circulantes	114	18.110	18.110	1	18.601	18.110	
Reserva para contingências societárias		490		490	504		504
Reserva de depreciação	11,2	00	112.709	112.709	00	37.061	151.211
Reserva de	11,1	600.011	612.001	71	65.111	181.199	81
ATIVO		649.877	629	650.506	727.305	629	728.134
PASSIVO							
Passivo circulante		10.494	0	10.494	10.494	0	10.494
Empreitas		4.215		4.215	14,7		14,7
Tributos a pagar		2.169		2.169	149		149
Empreitas, taxas e contribuições		409		409	1.079		1.079
Outros passivos circulantes		11		11			
Empreitas societárias		651		651	1.816		1.816
Provisão para depreciação		11,01		11,01	11		11
Outros passivos de longo prazo		2.345		2.345	1.000		1.000
Passivo não circulante		2.417	0	2.417	2.417	0	2.417
Provisão para riscos		34		34	34		34
Contas a receber em distribuição		0		0	1		1
Obrigações em relação a terceiros		3.417		3.417	2.382		2.382
Passivos regulatórios		181.160	28	181.188	181.414	28	181.442
Conta de reservas		400		400	400		400
Reserva de capital		2.211		2.211	2.211		2.211
Reserva de Depreciação Computacional		4.149		4.149	4.149		4.149
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11,7	35	28	0	38	28	0
Fundo de Reserva Legal		11.000		11.000	18.449		18.449
RENT		1.000		1.000	1.000		1.000
Reserva de Apropriação		88.000		88.000	88.000		88.000
Reserva de capital	11,8	0		0	0		0
Outros passivos não circulantes		4.117		4.117	4.094		4.094
PASSIVO		12.911	28	12.939	129.911	28	130.311

Descrição	1991 do Ativo	2021			2022		
		Indicador	Aplicação (%)	Requisitos	Indicador	Aplicação (%)	Requisitos
Resultados líquidos		88.111	1.137	82.288	81.817	1.802	81.071
Faturamento de serviços de água		22.220		22.220	40.000		40.000
Imposto de renda e do lucro de renda e Imp Ativo e Passivo Regulatório	25,4	170		170	1.812		1.812
Despesas financeiras		30		30	30		30
Debitos, provisões e outras ações		22.996		22.996	22.751		22.751
Outros resultados	25,5	1.495	1,407	0	179	1,902	0
Resultados		(22.884)		(22.884)	(2.784)		(2.784)
ICMS		(22.884)		(22.884)	(2.817)		(2.817)
PIS/PASEP		124		124	124		124
COFINS		124		124	124		124
IR		971		971	971		971
Resultado Financeiro		(22.645)		(22.645)	(2.690)		(2.690)
Conta de Desembolso com Débito - DD		22.645		22.645	(2.571)		(2.571)
Conta de Res. de Resultado de Imp. (2020 - 2022)		124		124	124		124
Outros resultados		(1.124)		(1.124)	(1.143)		(1.143)
Resultados líquidos / Impostos Apólos		65.266	(1.464)	56.695	49.147	(1.901)	56.011
Contas a pagar vinculadas - Resultado F		(1.464)	0	(1.464)	(1.784)	0	(1.784)
Imp. e taxas vinculadas para vendas		(1.464)		(1,464)	(1,784)		(1,784)
Resultados antes das outras passividades		63.802	1.464	58.332	50.911	1.901	54.211
Contas a pagar vinculadas / Resultado F		(21.854)	(1.464)	(20.394)	(18.691)	(1.901)	(17.842)
Provisão para recebíveis		(21.854)		(21.854)	(21.211)		(21.211)
Provisão		11.634		11.634	11.511		11.511
Serviços de seguros		11.220		11.220	111		111
Arrendamentos e aluguel		104		104	104		104
Impostos		124		124	124		124
Provisões		30		30	30		30
F. Regulatório de Debito		120		120	120		120
Taxas		(147)		(147)	(147)		(147)
Despesas e outras receitas	25,4	14.147		14.147	1.587		1.587
Resultados		11.907		11.907	171		171
Outros resultados vinculados	25,5	1.077		1.077	170		170
Outros resultados vinculados	25,5	(1.124)	1,467	(1,124)	(1.044)	1,902	(1,124)
Resultados de distribuição		4.248		4.248	4.671		4.671
Resultados Financeiros		1.784		1.784	1.714		1.714
Imp. e taxas vinculadas		147		147	147		147
Resultados Financeiros		1.637		1.637	1.567		1.567
Resultados antes das despesas sobre recursos		59,179		59,179	59,179		59,179
ICMS		184		184	184		184
Resultados líquidos distribuídos		59.400		59.400	59.371		59.371

A seguir são detalhadas a natureza e aplicações dos ajustes apresentados acima a conformidade com o plano e a importância.

15.1 Ativo Financeiro da Provisão (Resultado)

Referencia-se parcela contida dos investimentos realizados e não amarrados até o final da concessão e classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do derbezado VAND regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferença entre o valor (já contabilizado) e o novo valor (já separado) são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissãoária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de taxa anuidade determinada ao valor justo de reposição e aos critérios (a) acima).

15.2 Imobilizado

Com base na aplicação das interpretações Técnicas CPC 01 (15) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica CPC 06 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

Classificação contábil e descrição	2020	2021
Ativo Financeiro Indenizável (Nota 15.2)	30.729	10.601
Imobilizado societário	60	60
Intangível - uso de infraestrutura (Nota 15.3)	80.205	86.744
Total Sanebas	110.994	97.405
1) Ativo (Nota 01, 02 e 03) - Conselho Excepcional Societário	(28)	(15)
1) Imobilizado + Intangível Regularizado	110.966	97.390

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para separação do valor da indenização dos bens reventivos no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é realizada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor e mais provável de vida útil dos bens.

A Administração de Sanebas entende que a avaliação do ativo intangível deve respeitar a vida útil econômica de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não-linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassar o prazo de vencimento da concessão será liberado para a Concedida do Serviço Público (para o concessionário).

15.3 Intangível

Compreende o direito de uso de infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela concessionária como parte do contrato de permissão de serviço público de energia elétrica (direito de usar os usuários do serviço público por ela prestado), em conformidade com as disposições das Deliberações CSM nº 250, de 12 de novembro de 2000, 677, de 11 de dezembro de 2011 e 654, de 20 de dezembro de 2010, que aprovaram respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o CPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e CPC 17 – Contrato de Concessão – Estabelecimento e o CPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzida da amortização acumulada e das perdas por redução de valor recuperáveis, quando aplicável.

A permissãoária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo Intangível exceda o seu valor recuperável. Tal condição é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração a cada ano para cálculo de amortização cobrada via tarifa, a qual os registros contábeis e a base de cálculo de amortização regulatória correspondem ao mesmo período e ao mesmo valor de reposição.

15.4 Depreciação e Amortização

Os custos são resultantes da aplicação do VPM (Valor Nominal de Reposição) adotados da tabela de avaliação do IFRS que é lançado na conta de lucro societária.

15.5 Outras Recitas e gastos

Referente a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para a atuação de sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária tem como objetivo a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mantendo-se, a totalidade das ações efetuadas no ativo intangível em caixa é transferido para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações específicas.

A RFCO1 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve regular e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Preconceitos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou manutenção) e CPC 30 – Fatores (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

15.6 Resultado com ativos e passivos regulatórios

O resultado líquido dos investimentos produzidos pelos recebíveis e regulatórios tarifários, e que passam sujeitos de ajuste e processo regulatório, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2018.

Em 15 de novembro de 2018 a ANEEL decidiu admitir as condições de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica investidas, com vistas a eliminar eventuais incertezas, as quais estão constantes, quanto ao reconhecimento e à resolução das diferenças temporárias, cujos valores são repassados anualmente no tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Tarifa Tarifário III. A Nota Técnica nº 200.5004-011/SECT/STI/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CT6/08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o ajustamento dos créditos de concessão e permissão, representa um elemento novo que afeta, a partir de agora (a partir das Concessões e Permissões) nos referidos contratos, as quantias incorridas quando há probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses bens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, o que está sendo assim considerado impedimento para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CT6/08, a partir das alterações e adições aos contratos de concessão e permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como incertezas e passivos, devendo ser registrados nas demonstrações com o label de distribuído no de energia elétrica.

15.7 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a assunção inicial das novas normas contábeis, a concessionária realizou no período de 2018 avaliação patrimonial nos grupos classificadas como reservas, benefícios e ajustes. Conforme Plano de Exame Interno de Janeiro de 2018, o respectivo valor de avaliação inicial societária foi estimado do Balanço Liquidador.


Juliana Walter dos Santos
Gestora - CFO/SC nº 020.385.0-1
CPF nº: 036.812.226-77


Jamil Zaccaro
Presidente
CPF nº: 023.873.223-31

5.6 – Relatório Auditor Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBILIS REGULATÓRIAS

Às

Srs. Associados e Administradores da
CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Tupã - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, fluxo de caixa, patrimônio líquido e das fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MUSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2022, e desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Aceitamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Então – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Omitimos a referência para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para atender a companhia e cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nosso comentário não está modificado com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os sócios e administradores da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, com data de 27 de janeiro de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MUSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se baseada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se baseada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são tão consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se baseada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria adequada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de fraude de controle interno, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de reconhecer a existência ou a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas na administração.
- Realizamos a identificação geral, a análise e o controle das conexões contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 03 de março de 2021.



Henrique João Varoni
Membro Responsável pelo Trabalho – CRC/SC 962.148.874/0-0

AUDICONSULT Auditoria S/S
CRC/SC 4.013

Participações

Direção Geral e Produção

Setor Contábil

Colaboração

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

Auditoria

Audiconsult Auditores S/S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei n° 5.764/1971

Resolução CFC n°1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Despacho n° 4.356 de 22/11/2017 SFF/ANEEL

Estatuto Social da Cersul Cooperativa de Distribuição de Energia

Agradecimentos

Conselho Administração

Conselho Fiscal